

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SOCIOECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL**

ALINE APARECIDA JUSTINO

**A INFLUÊNCIA DO PENSAMENTO MARXIANO-LUKACSIANO NA
INSTRUMENTALIDADE DO SERVIÇO SOCIAL**

Florianópolis

2012/2

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SOCIOECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL**

ALINE APARECIDA JUSTINO

**A INFLUÊNCIA DO PENSAMENTO MARXIANO-LUKACSIANO NA
INSTRUMENTALIDADE DO SERVIÇO SOCIAL**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

Orientador: Prof. Dr. Ricardo Lara

Florianópolis

2012/2

Aline Aparecida Justino

A Influência do pensamento marxiano-lukacsiano na Instrumentalidade do Serviço Social

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Serviço Social, Departamento de Serviço Social, Centro Socioeconômico, Universidade Federal de Santa Catarina.

APROVADO PELA COMISSÃO EXAMINADORA
EM FLORIANÓPOLIS, 28 DE FEVEREIRO DE 2013.

Prof. Dr. Ricardo Lara
Orientador

Profa. Dra. Ana Maria Baima Cartaxo
1ª. Examinadora

Prof. Msc. Marlon Garcia
2º. Examinador

Aos companheiros e camaradas do NETeG.

AGRADECIMENTOS

É difícil agradecer todas as pessoas que de alguma maneira, nos momentos serenos ou apreensivos fizeram ou fazem parte da minha vida acadêmica, por isso primeiramente agradeço à todos de coração.

Os agradecimentos aqui se estendem não só para os que contribuíram ativamente na construção deste trabalho final, mas também aos que caminharam ao meu lado ao longo desses cinco anos de graduação no curso de Serviço Social.

Agradeço a toda minha família pelo apoio, compreensão e paciência, em especial aos meus pais, Altair e Luci por serem exemplo de dedicação e força, e por me ensinarem a dar valor à vida. Obrigada por todos os ensinamentos: honestidade, generosidade, e por aqueles que vocês nem sabem que ensinaram, principalmente o de não aceitar passivamente as injustiças desse mundo.

Agradeço aos meus irmãos pelo amor e confiança. Ao meu irmão André pelo exemplo de coragem e superação. À minha irmã Alexandra por me apoiar incondicionalmente em todas as minhas decisões e por me inspirar força de vontade, dedicação e gratidão. Ao meu irmão Andrei pelo carinho, pela parceria, pelas risadas, e por ser exemplo de humildade e generosidade.

Estendo minha gratidão às minhas sobrinhas Julia e Milena por tornarem meus dias mais felizes, e por vezes mais preocupantes. À Julia agradeço pelo amor, carinho e respeito. Por ser essa menina inteligente, esforçada e compreensiva, e por há 13 anos fazer da nossa relação uma troca de ensinamentos diários, permitindo-me ser mais *mãe* do que *tia* muitas vezes. À Milena agradeço pelo carinho, por me fazer uma madrinha realizada e por vezes me fazer rir, nos momentos em que eu queria mesmo era chorar.

Agradeço ainda aos meus avós, tios e aos meus padrinhos por me ensinarem o que é ser família. Em especial ao meu tio Amilton por me ensinar o significado da palavra *gratidão*, por ser esse exemplo de sabedoria e lucidez, sendo uma referência em todos os momentos da minha vida. E a minha tia Arlete por acreditar em mim, e pela força e apoio, principalmente nessa reta final.

Não posso deixar de agradecer ainda a todos meus primos por fazerem parte da minha formação. Em especial ao Haruan, a Deyse e Kamila por serem mais do que primos, serem irmãos. E à Milene, por ter sido minha ponte com o Serviço Social.

Agradeço a todos vocês por dividirem os momentos mais alegres e difíceis de minha vida, entendendo carinhosamente minha ausência em razão da faculdade.

Grata sou a todos os colegas de graduação, professores e funcionários da UFSC que com dedicação, presteza e competência conduzem o dia-a-dia desta universidade, e que me ensinaram, sobretudo nos momentos de organização e reivindicação, a necessidade da luta pelo ensino público, gratuito e de qualidade.

Agradeço ao camarada e orientador Professor Ricardo Lara, pelo apoio, pelas conversas tão produtivas que tivemos, tanto sobre a vida acadêmica, quanto pessoal e política. Pelo incentivo neste trabalho e conteúdo transmitido, pelo seu exemplo de vida e de carreira, e por ser um mestre flexível, preocupado não apenas com as necessidades acadêmicas, mas acima de tudo com as necessidades humanas.

Estendo minha gratidão aos professores que desempenharam com dedicação as aulas ministradas, em especial à camarada Professora Claudia Mazzei Nogueira pelos incentivos, pela amizade e pelo esforço na construção do Núcleo de Estudos do Trabalho e Gênero – NETeG, do qual apoio, acredito e participo desde o meu terceiro semestre nessa faculdade.

À Professora Ana Maria Baima Cartaxo pela competência, qualidade e dedicação de suas aulas, e pela oportunidade de ter me deixado trabalhar ao seu lado na construção de uma ABPESS crítica e de luta.

Agradeço à Professora Maria Manoela Valença pelos ensinamentos transmitidos tanto dentro, como fora da sala de aula. Agradeço ainda aos queridos professores por todo esse trajeto, em especial às Professoras Eliete Cipriano Vaz, Maria Izabel e Cristiane Claudino.

Um agradecimento especial aos colegas do NETeG, pela construção de um espaço rico de estudo e debate a respeito do marxismo, pelas conversas sempre tão boas e por serem eternos companheiros de um objetivo em comum. Em especial agradeço à Marina, Alberth, Cidão e Xuxa.

Não poderia deixar de agradecer aos companheiros e camaradas do movimento estudantil dessa universidade, e da Executiva Nacional dos Estudantes de Serviço Social – ENESSO, que desempenharam papel fundamental na minha formação *para além da sala de aula*. Obrigada aos companheiros do Centro Acadêmico Livre de Serviço Social, principalmente os que tive prazer de estar ao lado nas gestões “*Quem sabe faz a hora*” e “*Quem tem coragem*”. Em especial à Mari Mendes, ao Thiago Dutra, Luiz, Cássia, Bianca, Cris Melo e Dani Scheidt.

Agradeço ainda aos companheiros de luta que estiveram ao meu lado nas eleições para o Diretório Central dos Estudantes todos esses anos, em especial aos da chapa “*Educação não é mercadoria*”, “*O sonho é popular*”, “*Ousar lutar*”, “*Veze e voz*” e a gestão atual do DCE, “*Voz ativa*”.

Aos companheiros do Centro Acadêmico Livre de Letras – CALL, gestão “*A manhã desejada*”, pela amizade e pelo crescimento coletivo na luta por uma universidade crítica, criadora e popular. Em especial ao Henrique, Djeison, Luísa, Hendrick, Beatriz e Karina.

Aos poucos camaradas da Juventude Comunista Avançando que para além de companheiros na construção de outra sociedade, ainda são exemplos de honestidade e amizade: Fred, Rodrigo, Ingrid, Bruna, Ana Carla, Ricardo e Elton. Meu agradecimento eterno ao Cris, por ser essa pessoa maravilhosa, exemplo de franqueza e amizade verdadeira, ombro de todas as horas.

Agradeço ao Gyo, eterno poeta amador, por ter sido fundamental na construção desse tema, pela sinceridade, pelas conversas produtivas, pelos livros e textos e pelo apoio quando nem eu mesmo acreditei que conseguiria levar esse trabalho adiante. Sei que de uma forma ou de outra estaremos ombro a ombro lutando pela superação dessa sociedade falida.

Não poderia deixar de agradecer aos colegas geógrafos que estiveram comigo nessa jornada e que ao longo do caminho se tornaram referência de amizade e parceria, em especial à Lívia, ao Esperanto, Márcio, Stefan, Jack e Vitor.

Agradeço ainda ao Matheus e a Dani, esse casal que foi tão atencioso comigo, me apoiando e dando força num dos momentos mais difíceis ao longo desses anos. Obrigada por tudo, vocês foram fundamentais pra eu me reerguer!

Um agradecimento especial e de coração as minhas queridas amigas Carlinha e Ana. Carlinha, parceira de rock’n’roll e exemplo vivo de *hay que endurecerse, pero sin perder la ternura jamás*. À Ana, amiga de gênio forte e de coração tão grande, tornou-se parceira de todas as horas. Dividiu comigo os momentos mais alegres e tristes, serenos e apreensivos, meu ombro, conselheira e companheira. Obrigada por tudo, estiveste presente nos momentos mais duros (e felizes) de mudanças que ocorreram na minha vida.

Estendo minha gratidão aos queridos e amados amigos que tive o privilégio de conhecer ainda no primeiro semestre do curso de Serviço Social: João, Patrícia e Rúbia. Ao João, o cara mais inteligente e dedicado que o curso de Serviço Social viu

nesses últimos anos, o tamanho da importância e participação em minha vida supera os adjetivos. Mais do que um amigo, nossa caminhada tanto na vida acadêmica, quanto fora dela me ensinou muito sobre amizade e o quanto ela ainda pode ser verdadeira em meio a tantas relações gananciosas e hipócritas dessa sociedade. À Patrícia, pela amizade verdadeira, pelo apoio, pelos anos de conversas, desabafos, choradeiras e pela preocupação em querer me ver sempre bem. À Rúbia pela parceria, amizade, pelas conversas muitas vezes inflamadas, cheias de energia, mas sempre sinceras e claro, cheias de risos! Obrigada aos três por tudo, sei que muitas vezes nos distanciamos, mas nossa amizade é um privilégio para mim, é a coisa mais valiosa que esses anos de graduação me deram.

Agradeço ainda aos profissionais, assistentes sociais e colegas do Programa Bolsa Família e da Gestão Ambiental FAPEU, pelo espaço de aprendizado nos semestres de estágio. Em especial agradeço as estagiárias Manoela e Juliane por terem se tornado mais do que colegas de estágio e de profissão, tornaram-se amigas com quem dividi momentos de aprendizado, assim como de alegrias e frustrações. O mesmo a socióloga e feminista Dalva Brum, não só pelo aprendizado enquanto profissional, mas pela amizade, e troca de ensinamentos constantes sobre a vida, as pessoas e o mundo.

Por fim, agradeço ao meu amado Rodrigo Moreira. É difícil encontrar as palavras certas para agradecer tudo que você tem significado em minha vida nos últimos meses. Obrigada por ter sido meu fiel parceiro, sendo cuidadoso e atencioso, me aturando e compartilhando comigo tensões, angústias, medos, mas também amor, alegrias e tantas coisas maravilhosas que construímos nesse tempo tão difícil. Obrigada por me fazer enxergar que sempre haverá mais de um caminho a ser escolhido, para cada nova etapa da vida a ser percorrida e alcançada. Você não é apenas meu “*relacionamento sério*”, mas um amigo leal, companheiro de todos os momentos e decisões, pessoais e políticos. Crescemos juntos a cada dia que passa, e aprendemos em cada problema superado o significado da palavra *amor*.

A todas e todos os meus mais sinceros “*muito obrigada!*”

*“[...] A Ontologia é o esforço mais significativo, neste século, de fundamentar em bases sólidas a possibilidade e a necessidade históricas para a emancipação humana, da revolução socialista-comunista, tal como no projeto marxiano original: uma sociedade sem Estado, sem classes e sem exploração do homem pelo homem.”
(LESSA, 2007, p. 207).*

RESUMO

Este Trabalho de Conclusão de Curso tem por objetivo analisar a incidência, relevância e influência do pensamento marxiano-lukacsiano no debate da instrumentalidade do Serviço Social. Nos detemos em particular sobre os estudos de Yolanda Guerra acerca da temática proposta, especialmente em sua principal obra: *A Instrumentalidade do Serviço Social*. O interesse nesse objeto de pesquisa surge da necessidade em compreender como Marx e Lukács tornaram-se interlocutores frequentes na produção científica da área, bem como esse pensamento tornou-se eixo central no processo de maturação e fundamentação do projeto ético-político do Serviço Social brasileiro. Realizamos a pesquisa através da leitura e exame de obras dos pensadores da tradição marxista, no sentido de perceber como a ontologia histórico-materialista é apropriada por Yolanda Guerra na construção do debate da instrumentalidade. Procuramos com o presente trabalho compreender como a autora busca no referencial teórico-metodológico marxiano, os fundamentos para uma interpretação da prática profissional do Serviço Social. Guerra busca com essa interpretação construir uma crítica às concepções simplificadoras que disputam o projeto ético-político profissional. As reflexões pensadas pela autora evidenciam que, mais do que um arsenal de instrumentos a serem “aplicados” à realidade, a profissão carece de uma racionalidade que ilumine o caminho da prática profissional para uma *práxis* transformadora.

Palavras-chave: Serviço Social; Ontologia; Instrumentalidade; Práxis.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
1. Considerações acerca da ontologia histórico-materialista e a formação do Serviço Social.....	16
1.1 A formação sócio-histórica do Serviço Social.....	17
1.2 A Teoria Social de Marx e Lukács.....	25
1.3 A ontologia histórico-materialista assegurada por Lukács.....	30
1.3.1 Trabalho e Ser Social.....	33
2. A instrumentalidade do Serviço Social.....	37
2.1 Elementos para a crítica da racionalidade formal-abstrata.....	39
2.2 O espaço sócio-ocupacional do Serviço Social: as políticas sociais..	43
2.3 Os três níveis da instrumentalidade do Serviço Social.....	46
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	52
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	57

INTRODUÇÃO

O interesse em analisar a incidência e a influência do pensamento marxiano-lukacsiano no debate da instrumentalidade do Serviço Social surge da necessidade em compreender como Marx e Lukács tornaram-se interlocutores frequentes na produção científica da área, bem como esse pensamento tornou-se eixo central no processo de maturação e fundamentação do projeto ético-político do Serviço Social brasileiro.

Buscaremos, com o presente trabalho, compreender como Yolanda Guerra em seus estudos sobre a *instrumentalidade do Serviço Social*, à luz da ontologia histórico-materialista confere nova perspectiva conceitual ao acervo técnico-instrumental da profissão. A autora encontra na ontologia do ser social bases fundamentais para perceber que mais do que “novos’ instrumentos operativos, a profissão carece de uma racionalidade, como fundamento e expressão das teorias e práticas, capaz de iluminar as finalidades” (GUERRA, 1995, p. 14). Ou seja, Guerra nos diz que o que chamamos de *instrumentos da profissão* não devem e não podem ser tomados como um fim em si mesmos, para além disso, é necessário compreendê-los como uma *instrumentalidade* da qual os assistentes sociais através de uma mediação teórica voltada a fins específicos atuam e transformam a realidade.

Segundo Iamamoto

[...] as bases teórico-metodológicas, são recursos essenciais que o Assistente Social aciona para exercer o seu trabalho: contribuem para iluminar a leitura da realidade e imprimir rumos à ação, ao mesmo tempo que a moldam. Assim, o conhecimento não é só um verniz que sobrepõe superficialmente a prática profissional, podendo ser dispensado; mas é um meio pelo qual é possível decifrar a realidade e clarear a condução do trabalho realizado (IAMAMOTO, 2006, p.62-63).

Procuramos neste trabalho, através de pesquisa exploratória e bibliográfica, analisar como a interlocução do Serviço Social com o pensamento marxiano-lukacsiano (e portanto, com a ontologia histórico-materialista), possibilitou não só a ruptura com o pensamento conservador hegemônico na profissão, como também abriu portas para a construção de um projeto ético-político crítico e emancipador, com vistas à superação da sociedade de classes. Como afirma Sousa (2010, p. 19),

“todas as polêmicas relevantes travadas na profissão na busca de sua consolidação e de sua ruptura com o conservadorismo foram marcadas pelo pensamento marxista”. Efetivamente, quando o conjunto profissional passou a se apropriar do referencial teórico-metodológico marxiano, ele passou a analisar o seu movimento a partir das relações sociais.

Assim sendo, nosso trabalho está dividido em duas seções. Na primeira trataremos de situar a formação sócio-histórica do Serviço Social, e como a interlocução com a ontologia histórico-materialista deu forma no debate e na construção do projeto ético-político da profissão, a partir da ruptura com o Serviço Social tradicional e da perspectiva do Movimento de Reconceituação. Sousa (2010) afirma que, na medida em que a tradição marxista passa entre os profissionais de uma abordagem epistemológica para uma abordagem ontológica do ser social é que novas perspectivas se constroem no horizonte profissional. Portanto, o pensamento marxiano-lukacsiano, que tem como objetivo revalidar a crítica radical a produção e reprodução da vida social e, especialmente, resgatar as possibilidades da emancipação humana, emerge nos últimos 20 anos, como uma das principais referências teóricas para a categoria profissional.

Para Lukács (s/d, p. 15):

[A] tarefa de uma ontologia materialista tornada histórica é descobrir a gênese, o crescimento, as contradições no interior do desenvolvimento unitário; é mostrar que o homem, como simultaneamente produtor e produto da sociedade, realiza em seu ser homem algo mais elevado que ser simplesmente exemplar de um gênero abstrato, que o gênero – nesse nível ontológico, no nível do ser social desenvolvido – não é mais uma mera generalização à qual os vários exemplares se liguem “mudamente”; é mostrar que esses, ao contrário, elevam-se até o ponto de adquirirem uma voz cada vez mais claramente articulada, até alcançarem a síntese ontológico-social de sua singularidade, convertida em individualidade, com o gênero humano, convertido neles, por sua vez, em algo consciente de si.

Portanto, o método marxista de análise da realidade, reiterado por Lukács, se fundamenta no materialismo histórico-dialético, que busca extrair da materialidade dos problemas reais e concretos as categorias, ou seja, suas representações reflexivas ideais para compreender o movimento da realidade material.

Na segunda seção, abordaremos a discussão acerca da instrumentalidade do Serviço Social, começando por situar a necessidade colocada por Yolanda Guerra em compreender a totalidade pela qual o movimento histórico da realidade social se

constitui e a lógica específica que a rege. Deste modo, trataremos de expor os elementos que a autora constrói para realizar à crítica da racionalidade formal-abstrata, essa entendida como instrumento de mediação presente nas relações sociais da ordem burguesa. Situaremos a influência que o projeto burguês hegemônico exerce na prática profissional do Serviço Social, na medida em que constrói um espaço sócio-ocupacional resultante das políticas sociais, e como estas por sua vez, contribuem para o atendimento das demandas do capital, tendo no assistente social seu *agente executor*. Por fim, situaremos como a utilidade social da profissão está vinculada à funcionalidade das políticas sociais na preservação e controle da ordem social, e como se caracterizam os três níveis da instrumentalidade da prática profissional dentro desse contexto.

O interesse no objeto do presente trabalho se desenvolveu a partir dos estudos realizados no âmbito do Núcleo de Estudos do Trabalho e Gênero (NETeG), sob orientação da professora Claudia Mazzei Nogueira e do professor Ricardo Lara¹. Nos estudos sistematizados pudemos apontar que a aproximação do Serviço Social com a teoria social marxiana não se deu de maneira casual, mas sim como resultado de avanços que a profissão acumulou em sua trajetória histórica, política, social e teórica na sociedade.

Portanto, acreditamos que a frequência do aparecimento da obra de Marx e Lukács na produção científica do Serviço Social proporciona sustentação para justificar a relevância deste trabalho, entendendo que o pensamento marxiano-lukacsiano configura-se como um dos pilares de fundamentação teórica do projeto ético-político da profissão. Por fim, vemos na possibilidade de estudar a influência da ontologia do ser social nos fundamentos da instrumentalidade como uma oportunidade de aprofundar estudos que contribuam para a consolidação da maturidade teórica da nossa área particular.

Nesse sentido, este trabalho se constitui em uma análise de natureza teórico-crítica e suas fontes básicas foram as produções teóricas acerca do processo de consolidação e renovação – a partir da tradição marxista – do Serviço Social brasileiro. Além dos estudos apresentados por Guerra – sobretudo em sua obra principal *A Instrumentalidade do Serviço Social* –, a respeito da instrumentalidade da

¹ Em 2011 ingressei como pesquisadora colaboradora no projeto de iniciação científica “A influência da teoria social crítica no Serviço Social”, orientado pelo professor Ricardo Lara, atividade de pesquisa que resultou no atual trabalho de conclusão de curso.

prática profissional. Dessa forma, a pesquisa foi dividida em dois momentos, que não necessariamente foram executados em tempos distintos. Foram eles: 1) análise da contribuição do pensamento marxiano-lukacsiano nas bases teóricas fundantes do Serviço Social e a possibilidade da ontologia histórico-materialista de análise da realidade; 2) estudo das sínteses elaboradas por Yolanda Guerra sobre a *instrumentalidade do Serviço Social*, buscando relacionar as principais categorias teóricas apropriadas pela autora em relação a Marx e Lukács.

1. Considerações acerca da ontologia histórico-materialista e a formação do Serviço Social

Nosso objeto de estudo neste primeiro capítulo são as condições sócio-históricas que possibilitaram a consolidação, a maturação e a renovação do Serviço Social brasileiro, bem como as bases objetivas concretas que possibilitaram a ruptura com o conservadorismo no seio profissional, permitindo que o marxismo se inscrevesse nos debates teóricos e ideológicos da profissão a partir dos anos 1980.

Buscaremos situar como em sua trajetória histórica e política o filósofo comunista Georg Lukács, extrai de Marx um arsenal de categorias que o possibilita fundar a ontologia histórico-materialista, e como esta contribuiu para o amadurecimento teórico do Serviço Social, possibilitando a construção de um projeto ético-político eminentemente libertário.

Procuramos mostrar como o resgate da centralidade do trabalho enquanto categoria, possibilita Lukács desenvolver uma perspectiva ontológica da realidade em que às categorias econômicas utilizadas por Marx dão luz à entender o processo de produção e reprodução do ser social sob bases materialistas, e esta por sua vez, apontada como condição necessária de uma prática social que vise à emancipação humana.

Cabe salientar que a ontologia histórico-materialista, no anseio de compreender a sociabilidade humana e suas múltiplas determinações, não restringe ou esgota as suas análises ao trabalho, mas o resgata como categoria fundante na possibilidade de compreender o ser social e os complexos da reprodução social. (LARA, 2011a, p. 12).

Portanto, este capítulo busca tecer algumas breves ressalvas que vão desde o surgimento da ontologia (o estudo do *Ser enquanto Ser*) até a fundação da ontologia crítica com base na teoria social de Marx e Lukács. Posto isto, entendemos que esta relação, *Serviço Social e ontologia histórico-materialista*, deve ser especificada e entendida. Em última instância, trata-se de uma tentativa de pesquisar o campo ideológico e teórico da profissão, fundamentalmente voltada à analisar a incidência do pensamento marxiano-lukacsiano no debate da instrumentalidade do Serviço Social.

1.1 A formação sócio-histórica do Serviço Social

O Serviço Social enquanto profissão inserida na divisão social e técnica do trabalho, prevê no exercício da profissão competências teórico-metodológicas, ético-políticas e técnico-operativas para atuar frente às singularidades do fazer profissional. “O assistente social lida, no seu trabalho cotidiano, com situações [...] vividas por indivíduos e suas famílias, grupos e segmentos populacionais, que são atravessadas por determinações de classe”. (IAMAMOTO, 2009, p. 33). Sabemos que essas situações cotidianas e tais determinações de classe estão diretamente ligadas a “questão social” e suas mais variadas expressões.

Embora haja um vasto debate acerca da “questão social”, sobretudo no campo do Serviço Social, entendemos sua raiz como a contradição entre duas classes, expressada na exploração da classe trabalhadora e na apropriação privada dos meios de produção por uma pequena minoria da população, a classe burguesa (ou capitalista). Assim sendo, a pobreza, a desigualdade, a violência e tantos outros fenômenos são expressões da “questão social”, expressões dessa contradição entre *capital x trabalho*.

Deste modo, o Serviço Social é uma profissão marcada pela historicidade, para analisá-lo é necessária uma compreensão crítica do cenário político, econômico e social desde seu nascimento até os dias atuais. A historicidade aqui demanda permanente exercício de ida e volta à totalidade², sendo necessariamente frágil e *a-histórica* qualquer análise que desconsidere a forma como estão conectados os fatores totalizantes que influenciaram seu desenvolvimento. Do seu congênito conservadorismo – tal como já apontado em larga bibliografia produzida no campo teórico do Serviço Social –, às condições sócio-históricas que permitiram com que o marxismo se inscrevesse nos debates ídeo-teóricos da profissão. (SOUSA, 2010, p. 24).

² Entendemos por totalidade, a categoria ontológica “que incorpora as condições e possibilidades de conversão conteúdo-forma, as quais inscrevem-se no próprio processo dialético, cuja revitalização permite tanto a especificação do universal em particular como a dilatação do particular em universal”. (LUKÁCS *apud* GUERRA, 1995, p. 187).

Segundo Netto (1996), a profissão emerge na idade do capital monopolista³, ligada diretamente à Igreja Católica que se responsabilizava, nessa época, de tratar dos “problemas sociais”, ou seja, as chamadas expressões da “questão social” eram objeto de intervenção direta, tanto por parte do Estado, como por parte da Igreja. As políticas sociais executadas nesse período pelo Estado eram feitas de forma fragmentada e parcializada, a “questão social” era vista a partir de uma perspectiva moral e religiosa, e a ação profissional se dava de forma a solucionar os problemas que consideravam morais e sociais do *indivíduo*.

A profissão não se caracteriza apenas como nova forma de exercer a caridade, mas como forma de intervenção ideológica na vida da classe trabalhadora, com base na atividade assistencial; seus efeitos são essencialmente políticos: o enquadramento dos trabalhadores nas relações sociais vigentes, reforçando a mútua colaboração entre capital e trabalho. (IAMAMOTO, 1994, p. 20).

Ainda segundo Iamamoto (1994, p. 30-31) os primeiros passos operacionais do Serviço Social no Brasil se dão no seio do movimento católico. O processo de profissionalização e legitimação encontra-se estreitamente articulado à expansão das grandes instituições sócio-assistenciais estatais, paraestatais e autárquicas, que nascem especialmente na década de 1940. Dentre as instituições podemos destacar: o Conselho Nacional de Serviço Social (1938), a Legião Brasileira de Assistência (1942), o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (1942) e o Serviço Social da Indústria (1946). A criação de tais instituições tem como pano de fundo um período, na história do Brasil, marcado pelo aprofundamento do modelo de Estado intervencionista, como já dito, sob a égide do capital monopolista internacional e por uma política econômica nacional que privilegiou o crescimento da industrialização.

Lara (2011) observa que no campo da teoria social, as primeiras décadas do Serviço Social no Brasil tiveram como fonte o pensamento social da Igreja Católica e o pensamento conservador⁴, principalmente, da sociologia norte-americana⁵. Tal

³ “A profissionalização do Serviço Social não se relaciona decisivamente à ‘evolução da ajuda’, à ‘racionalização da filantropia’ nem à ‘organização da caridade’; vincula-se à *dinâmica da ordem monopólica*”. (NETTO, 1996, p. 71).

⁴ “Originalmente parametrado e dinamizado pelo pensamento conservador, adequou-se ao tratamento dos problemas sociais quer tomados nas suas refrações individualizadas (donde a funcionalidade da psicologização das relações sociais), quer tomadas como seqüelas inevitáveis do ‘progresso’ [...] desenvolveu-se legitimando-se precisamente como interveniente prático-empírico e organizador simbólico no âmbito das políticas sociais.” (NETTO, 1996, p. 75).

pensamento imprimia ao Serviço Social o caráter de uma profissão meramente interventiva, que necessitava dar respostas *práticas* às contradições sociais.

Ainda segundo o autor, é a partir dos anos 1950 que o Serviço Social passa a ter influências teóricas heterogêneas, que vão desde as concepções teóricas conservadoras às mais progressistas. Juntamente com a chamada perspectiva desenvolvimentista, o Serviço Social de caso, grupo e comunidade ganha espaço na América Latina como um todo. Essa perspectiva tinha por interesse, através do capitalismo industrial, levar aos países ditos de “terceiro mundo” o mesmo modelo econômico dos países desenvolvidos, nesse caso os Estados Unidos. Para Sousa (2010, p.43) “[...] não se tratava apenas de transferir padrões de desenvolvimentos próprios à ordem monopólica das economias centrais para as economias periféricas, tratava-se de uma definição política dessa periferia”. Desse modo, os assistentes sociais que antes tratavam os problemas sociais de forma individual, buscam na perspectiva desenvolvimentista e na matriz teórica positivista⁶ uma compreensão das relações sociais e do ser social. Reafirmamos aqui que tal visão, reforçava ao fazer profissional uma tecnificação da sua ação profissional, que vinha acompanhada “de uma crescente burocratização das atividades institucionais” (YAZBEK, 1994, p. 71), como bem mostra Sousa (2010, p. 41):

Este quadro teórico-cultural [...] se expressa na profissão, tanto numa apreensão instrumental das relações sociais restringindo a visão teórica dos profissionais ao campo da verificação e da experimentação, como conferirá à mesma um caráter centrado no fazer técnico interventivo voltado à busca de metodologias de ação.

Segundo Iamamoto (1994), é nesse período que se iniciam, por parte de alguns profissionais, os primeiros questionamentos a respeito das bases teóricas fundantes do Serviço Social.

[...] é apenas nos final dos anos 50 e início da década seguinte que se fazem ouvir as primeiras manifestações, no meio profissional, de posições

⁵ “O Serviço Social nasce e se desenvolve na órbita desse universo teórico. Passa da influência do pensamento conservador europeu, franco-belga, nos seus primórdios, para a sociologia conservadora norte-americana, a partir dos anos de 40.” (IAMAMOTO, 1994, p. 26).

⁶ “A matriz positivista ofereceu uma compreensão das relações sociais e do ser social de cariz imediatista, restringindo a perspectiva teórica ao âmbito do verificável, da experimentação e da fragmentação do homem e da sociedade. Essa visão de mundo não oferecia possibilidades de mudanças, senão dentro da ordem estabelecida, voltando-se sempre para ajustamentos e conservações do *status quo* da ordem do capital.” (LARA, 2011, p. 31).

que questionam o *status quo* e contestam a prática institucional vigente. Esses questionamentos emergem numa conjuntura marcada por uma situação de crise e de intensa efervescência política [...]. (IAMAMOTO, 1994, p. 34).

Já nas décadas de 1960 e 1970 as contradições conjunturais contribuem para que esses primeiros questionamentos avancem. Sob a égide da ditadura militar no país, o arrocho salarial, a repressão, a inserção dos países latino-americanos na nova divisão internacional de trabalho que então insurgia, e ao mesmo tempo alguns avanços como a Revolução Cubana e a reorganização de movimentos populares no Brasil, que criavam perspectivas no horizonte da categoria profissional, fazem com que o Serviço Social *tradicional*⁷ entre em crise surgindo o chamado *movimento de reconceituação*⁸.

Esse movimento trouxe como eixo central as indagações acerca dos fundamentos do Serviço Social, fazendo com que os conceitos e embasamentos teóricos que vinham servindo de suporte para a profissão comesçassem a ser questionadas, dando início há um processo de ruptura com o tradicionalismo da profissão (NETTO, 2006). Segundo Lara (2011), nesse período o Serviço Social estabelece interlocução com as Ciências Sociais e se aproxima dos movimentos “de esquerda”, sobretudo do sindicalismo que se revigorava naquela conjuntura de repressão do Estado Militar.

É importante apontarmos ainda, que nesse período o processo de industrialização intenso vivido no país “acentuou ainda mais as refrações da ‘questão social’, que passaram amplamente a serem administradas pelas políticas setorializadas do Estado ditatorial” (SOUSA, 2010, p. 61). Além disso, a necessidade de controle – por parte do Estado – da força de trabalho fez com que o mercado profissional nacional passasse a ser “dinamizado por um outro setor, até então residual para a inserção do Serviço Social: o setor empresarial.” (SOUSA, 2010, p. 61).

⁷ Sugerimos entender como Serviço Social tradicional “a prática empirista, reiterativa, paliativa e burocratizada” dos profissionais, parametrada “por uma ética liberal-burguesa” e cuja teleologia “consiste na correção – desde um ponto de vista claramente funcionalista – de resultados psicossociais considerados negativos ou indesejáveis, sobre o substrato de uma concepção (aberta ou velada) idealista e/ou mecanicista da dinâmica social, sempre pressuposta a ordenação capitalista da vida como um dado factual ineliminável”. (NETTO, 2006, p. 117-118).

⁸ “Entendemos o *movimento de reconceituação* como a crítica desenvolvida pelos assistentes sociais, contra o Serviço Social tradicional nos anos de 1960 e que se estendeu até início dos anos 1980. Esse processo foi de fundamental importância para a profissão se aproximar de autores da tradição marxista e iniciar de forma mais homogênea, no âmbito da formação e do exercício profissional, uma postura crítica diante do capitalismo”. (LARA, 2011, p. 20).

Sabemos, contudo, que o processo de ruptura com o tradicionalismo da profissão não foi algo hegemônico a toda a categoria profissional, e que segundo Netto *apud* Sousa (2010)

[...] o *movimento de reconceitualização* foi tensionado por dois grandes segmentos que entendemos como herdeiros de seu cerne desenvolvimentista. Um primeiro, a modernização, voltado a tornar o Serviço Social compatível com as demandas macrosociedade e projetos desenvolvimentistas de planejamento social; e um segundo, a ruptura, voltado para um corte com os setores tradicionais, que significava abertamente um projeto de intervenção social que vinculava a profissão com projetos de ultrapassagem das estruturas sociais de exploração e dominação. (NETTO *apud* SOUSA, 2010 p. 51).

Assim sendo, será na transição da década de 1970 para 1980 que o projeto ético-político profissional com a chamada *intenção de ruptura*⁹ consegue avançar no rompimento com o tradicionalismo no Serviço Social. Com essa perspectiva a categoria profissional dá início à construção de novos suportes teóricos, metodológicos e ideológicos para a profissão. Sabemos que nesse período a proximidade do Serviço Social com a Universidade e a inserção dos profissionais no espaço acadêmico possibilitou o aprofundamento da crítica ao tradicionalismo naquilo que Netto (2005, p. 12) chamou de “interlocução crítica com as ciências sociais”. A interação do Serviço Social com as mais diversas áreas da ciência no espaço acadêmico criou, além da oportunidade para o desenvolvimento da pesquisa e da produção do conhecimento, o rompimento da profissão enquanto receptor “acrítico dos produtos das ciências acadêmicas (notadamente norte-americanas)” (NETTO, 2005, p. 12).

Segundo Netto (2005), foi nessa aproximação com o espaço acadêmico então, que a categoria profissional lança novas bases para interlocução do Serviço Social com as ciências sociais, abrindo-se para novas influências do pensamento social, inclusive da tradição marxista. Esse contato com a obra de Marx, que se inicia de forma ainda heterogênea nesse momento de transição, ganhará força nos

⁹ “A emergência visivelmente objetivada desta perspectiva renovadora está contida no trabalho levado a cabo, mais notadamente entre 1972 e 1975, pelo grupo de jovens profissionais que ganhou hegemonia na Escola de Serviço Social da Universidade Católica de Minas Gerais, onde se formulou o depois célebre ‘Método Belo Horizonte’. É na atividade deste grupo que a intenção de ruptura se explica originalmente em nosso país, assumindo uma formulação abrangente que até hoje se revela uma arquitetura ímpar” (NETTO, 2006, p. 261).

anos 1980 quando a profissão passa a reconfigurar sua estrutura teórica, metodológica e ideológica com base na tradição marxista.

Portanto, é sob a luz de pensadores desta tradição que a categoria profissional buscará novas bases para a renovação do Serviço Social brasileiro. Entre outros importantes estudiosos críticos da sociedade capitalista, destacamos como grandes influências para o Serviço Social os pensadores, Antonio Gramsci, com abordagens acerca do Estado, da sociedade civil, do mundo dos valores e da ideologia; Agnes Heller, na problematização sobre o cotidiano, os valores e a ética; Eric Hobsbawm, na interpretação marxista da história; e por fim, com destaque neste trabalho, Georg Lukács, com o resgate da centralidade da categoria trabalho¹⁰ e dos enunciados ontológicos da obra de Marx. (LARA, 2011).

Além disso, a conjuntura política e econômica vivida no país também exerceu papel fundamental na ruptura com o tradicionalismo hegemônico da profissão, uma vez que o campo profissional passou a incorporar as demandas políticas e sociais dos segmentos populares que confrontavam o regime ditatorial e lutavam pelo reestabelecimento da democracia no país. Portanto, a consolidação acadêmica do Serviço Social, juntamente com a transição democrática no país, foram imprescindíveis para o amadurecimento intelectual e teórico da perspectiva de ruptura, visto que a derrota da ditadura militar garantiu "[...] a primeira condição – a condição política – para a constituição de um novo projeto profissional." (NETTO, 1999, p. 10).

Esse novo projeto ético-político, gestado ao longo dos anos 1980 e que nasce da recusa e crítica ao conservadorismo, tomará forma na materialização do Código de Ética Profissional de 1986, uma vez que avança em sua dimensão política, e explicita o compromisso profissional com a classe trabalhadora. Apesar disso, algumas dimensões, sobretudo no campo da ética, não foram suficientemente amadurecidas nesse código, o que em pouco tempo levou à necessidade de sua revisão. (NETTO, 1999).

Para Barroco *apud* Sousa (2010), do ponto de vista da ética, embora não tivesse uma produção literária sobre o tema, haviam alicerces teóricos que ofereciam condições para superação da concepção tradicional no qual os códigos

¹⁰ Abordaremos a temática do trabalho em um tópico específico mais adiante, por hora apontamos apenas que consideramos o trabalho a categoria fundante do ser social que contém em si determinações que distinguem ontologicamente ser social e natureza.

anteriores¹¹ vinham se sustentando. Ainda sim, esse caráter não foi evidenciado, sendo explicitado somente na conclusão da revisão do Código de 1986, que ocorreu como sabemos em 1993.

Outro episódio importante a ser mencionado é a revisão curricular expressa nas Diretrizes Curriculares de 1982, que buscava aprofundar os questionamentos acerca do caráter formalista e instrumentalizador da formação profissional. Segundo Sousa (2010), esse processo de revisão é consequência do protagonismo do Serviço Social no contexto universitário, do surgimento da pós-graduação e o aumento de produção teórica da área, além do avanço do movimento estudantil como força motora da construção de um novo projeto de formação profissional. Embora fruto de um processo amplo de debate e mobilização profissional "[...] a revisão curricular de 1982 não conseguiu superar totalmente o tradicionalismo pragmático da profissão" (SOUSA, 2010, p. 76).

Sabemos que tal superação só ocorrerá, como já mencionado, no momento em que o Serviço Social passa a se apropriar ideologicamente da tradição marxista. Observe nas palavras de Sousa (2010, p. 70),

[...] esta perspectiva marxista no Serviço Social só ganha substratos profissionais quando o caldo conservador que a precedeu é posto efetivamente em xeque. Ou seja, é somente quando o conservadorismo é colocado em questão, pela conjuntura histórico-social refletida no interior da profissão, que se criam as condições para que o Serviço Social brasileiro possa pensar-se histórico-criticamente. Este movimento é marcado pela obra de Yamamoto e Carvalho, com posterior desdobramento na literatura profissional, efetivando aquilo que consideramos a real ruptura com o tradicionalismo que se dá no campo teórico, com a incorporação do marxismo.

Para Yamamoto (1994) todo esse processo levou o projeto ético-político do Serviço Social, a partir desse momento, a ser um processo em contínuo desdobramento.

O posicionamento crítico – que passa a ser assumido nos últimos anos por uma parcela minoritária, embora crescente, de Assistentes Sociais – emerge não apenas de iniciativas individuais, mas como resposta às exigências apresentadas pelo momento histórico. Torna-se possível a medida que o contingente profissional se expande e sofre as consequências de uma política econômica amplamente desfavorável aos setores populares. Nessa conjuntura político-econômica em que já não se podem ignorar as manifestações populares, em que os movimentos sociais e o processo organizativo de diversas categorias profissionais se revigoram, a

¹¹ É importante recordarmos que os códigos anteriores foram os de 1947, 1965 e 1975.

prática do Assistente Social passa a ser analisada a partir das implicações políticas do papel desse intelectual vinculado a um projeto de classe. Verificam-se tentativas de ruptura de parte do meio profissional com o papel tradicionalmente assumido, na procura de somar-se às forças propulsoras de um projeto de sociedade. A isso se alia a busca de fundamentos científicos mais sólidos que orientam a atuação, ultrapassando a mera atividade técnica. Questiona-se, inclusive, que tipo de orientação teórico-metodológica deve informar a prática e como esta pode ser repensada a serviço da produção do conhecimento voltado para os interesses dos “setores populares” e de sua organização autônoma. Essa nova qualidade de preocupação com a prática profissional visa ainda resgatar, sistematizar e fortalecer o potencial inovador contido na vivência cotidiana dos trabalhadores, criação de alternativas concretas de resistência ao processo de dominação. (IAMAMOTO, 1994, p. 37).

Deste modo, a profissão, que se aproxima das matrizes teóricas de Marx e seus principais sucessores, tem na formulação do Código de Ética Profissional de 1993 "um momento basilar do processo de construção do projeto ético-político do Serviço Social no Brasil." (NETTO, 1999, p. 15). Essa nova perspectiva histórico-crítica que se materializa no código de 1993 fez com que ele se tornasse o mais avançado que a profissão já teve ao afirmar a defesa intransigente dos direitos humanos; a defesa da radicalização da democracia; a opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação/exploração de classe, etnia e gênero; o repúdio ao preconceito, contemplando o pluralismo, tanto na sociedade como na profissão, além do reconhecimento da liberdade como valor central desse novo projeto profissional.

Portanto, atualmente o projeto ético-político hegemônico da profissão é marcadamente influenciado pela tradição marxista, conseqüentemente, iluminado pelo método totalizante de análise da realidade¹², e pelo compromisso com a classe trabalhadora na tortuosa luta de classes intrínseca à sociedade capitalista.

¹² Sobre o método (materialismo histórico-dialético) vale as palavras de Sousa (2010, p. 146): “Para a apreensão dessa totalidade em sua complexidade e historicidade, ou seja, na sua estrutura, seus fundamentos e seu movimento, impõe-se a exigência mesma da realidade como o objeto a ser estudado. Ou seja, diferentemente do que está posto nas metodologias que pretendem deduzir o real a partir de categorias e conceitos meramente lógicos - sendo a realidade mais realidade quando se enquadra perfeitamente nessa lógica -, é a realidade (aqui, objeto a ser conhecido) quem determina os fundamentos, as categorias e o método que permitirá a sua decodificação teórica”.

1.2 A Teoria Social de Marx e Lukács

Para situar a influência da obra de Marx e de Lukács no Serviço Social brasileiro, começamos por destacar que o objeto da extensa obra marxiana tem raiz evidentemente sócio-cêntrica, sendo seu grande objetivo compreender a gênese, desenvolvimento e consolidação do modo de produção capitalista. Contudo, Marx e, por conseguinte, Lukács não se limitaram a simples contemplação do real, suas obras tem finalidade de guiar e contribuir na transformação radical da sociedade de classes.

Como bem nos mostra Lara (2011, p. 12)

A teoria social oriunda de Marx e Lukács tem como “principal objetivo de estudo” a sociedade burguesa e as possibilidades de transcendência em direção à *emancipação humana*. A produção e reprodução da vida social sob a ordem do capital são as preocupações desses autores que objetivam compreender a sociedade moderna edificada a partir da Revolução Francesa e da Revolução Industrial, ou seja, da particularidade histórica, política, cultural, econômica e social responsável pela construção da modernidade. A processualidade social é preocupação de suas análises, que se nutrem na prática social humana sobre o modo de produção capitalista. A ontologia histórico-materialista debruça-se sobre a interpretação da sociedade burguesa e suas contradições, tendo como principal “paradigma” científico o conflito de classes sociais.

O método marxista de análise da realidade se fundamenta no materialismo histórico-dialético, que busca extrair da materialidade dos problemas reais e concretos as categorias, ou seja, suas representações reflexivas ideais para compreender o movimento da realidade material, assim, como Netto & Braz (2006, p.54) resgatam:

[as categorias] são ontológicas na medida em que têm existência real, histórico-concreta: elas são formas, modos de existência do ser social, que funcionam e operam efetivamente na vida em sociedade, independentemente do conhecimento que os homens tenham a seu respeito.

Efetivamente, durante seus mais de quarenta anos de intensa pesquisa da sociedade capitalista, suas sínteses globais sobre filosofia e economia-política, Marx nunca mencionou a palavra *ontologia*, e o seu uso e associação à sua obra hoje se

deve principalmente, como já dito, a um de seus principais sucessores, o filósofo húngaro Georg Lukács.

Assim sendo, para avaliarmos a relevância de Lukács na sua contribuição ao pensamento humano, devemos ter em vista que ela não pode ser desvinculada de uma temporalidade específica. Exigir de um pensador a solução de problemas que inexistiam em seu tempo, significa tentar extrair objetos que não haviam emergido em sua realidade e portando não poderiam ter sido submetidos à análise teórica.

Por isso, Lukács não pode ser entendido sem estar devidamente situado na história, portanto, vale aqui a observação de Netto:

[...] a relevância de uma configuração filosófica implica diretamente a sua capacidade em recolher os problemas específicos de uma época dada e submetê-los a um tratamento crítico apto a deles extrair uma significação que supera o quadro factual imediato em que emergem (NETTO, 1981, p.25).

Nosso objetivo nessa primeira tentativa de situar Lukács na história, e, por conseguinte, avaliar a relevância de seu pensamento assim como sua influência sobre nossa área particular de conhecimento é, sobretudo, identificar quais eram os problemas específicos de seu tempo.

Lukács nasce em Budapeste ainda no final do século XIX, em 1885, e vai falecer apenas em 1971, já na segunda metade do século XX. Sua trajetória de vida foi marcada por grandes acontecimentos históricos. O filósofo esteve presente no furacão que varreu a Europa, durante a Revolução Russa de 1917, nas duas Guerras Mundiais e viveu um dos períodos mais intensos da vida política mundial: a Guerra Fria.

É evidente que tais momentos históricos tiveram muita influência na obra do pensador, assim trataremos de expor aqui uma breve historicização da vida de Lukács, sem deixar de lado os nexos causais que fazem a ponte entre os momentos imediatos de seu tempo histórico e a linha evolutiva da obra lukacsiana.

Segundo Frederico (1997), Lukács desde sua juventude já era carregado de uma forte tendência à recusa do mundo burguês, recusa essa muito longe de ser fruto de uma análise concreta da sociedade capitalista, de um entendimento de sua dinâmica exploradora e destrutiva, seu repúdio ao mundo burguês era ainda puramente moral.

Sua base filosófica nesse tempo era neokantiana (FREDERICO, 1997, p. 8), passando por uma transição de suma importância para seu pensamento: é com Hegel que Lukács será permeado pela dialética. É a Primeira Guerra Mundial, o mundo capitalista em crise, que invoca a necessidade de superação da epistemologia formalista de Kant¹³ e encaminha Lukács à Hegel, dotando-o de, segundo Netto (1981, p. 35): “uma visão dinâmica da realidade histórica”.

Em 1917, em pleno contexto da Europa abalada pela Revolução Russa, é que novos horizontes para os povos da humanidade surgem e:

O impacto por ela causado na intelectualidade europeia despertam no jovem crítico uma definitiva inquietação gerada pelos problemas sociais, num momento privilegiado em que a história parecia mostrar o surgimento de um sujeito (a classe operária) capaz de encarnar a promessa de libertação da humanidade. (FREDERICO, 1997, p. 8)

Deste modo, em 1918 Lukács adere ao Partido Comunista Húngaro, ainda que por uma ótica sociológica utopista, estamos diante do Lukács marxista e comunista. Dali pra frente, a vida política de Lukács vai ser intensa, marcada por controvérsias, disputas e necessidade de recuos políticos para a manutenção de sua possibilidade de continuar militando.

Segundo Frederico (1997), em 1922 Lukács escreve sua obra mais emblemática: *História e Consciência de Classe*, uma das obras marxistas mais influentes do século XX, mas que será duramente criticada pelo seu tom hegeliano. Esta obra – apesar de seus grandes méritos –, estava completamente em desacordo com a orientação geral do movimento comunista da época, e Lukács entrou por diversas vezes em conflito com as orientações vindas da Terceira Internacional.

Segundo Netto *apud* Sousa (2010)

Ainda que [...] se verifique claramente que *História e Consciência de Classe* antecipe o marxismo ocidental ao rechaçar de plano qualquer impositação teórica ontológica, essa mesma obra lukacsiana, respaldada pelos acontecimentos em curso à época, não aponta para imobilismo, nem para a impossibilidade da revolução; ao contrário, afirma, no calor da hora, uma

¹³ Segundo Pádua *apud* Lara (2009, p. 55): “Partindo da análise do empirismo e do racionalismo, E. Kant vai argumentar que, se por um lado o conhecimento é a síntese ou conexão dos dados que somente a experiência pode fornecer, por outro lado, a síntese é impossível sem os elementos racionais. A análise kantiana revoluciona a posição filosófica tradicional, onde o pesquisador (sujeito) tem que se adequar ao objeto (fatos), e indica novos rumos para a questão do método, propondo o sujeito como ordenador e construtor da experiência, através da ordem que o pensamento impõe aos fenômenos (fatos)”.

vontade subversiva, e neste sentido, mais uma vez se revela fiel ao legado marxiano. Fidelidade que nem todos os marxistas ocidentais podem (e/ou pretendem) reivindicar. (NETTO *apud* SOUSA, 2010, p. 92).

Ao longo do século XX, Lukács será diversas vezes acusado de “revisionista” e “idealista” dentro do movimento comunista internacional. O grande cerne da questão era a situação em que se encontrava o pensamento marxista da época. Sob a égide da hegemonia stalinista, o marxismo sofria processo de vulgarização e tecnificação tornando-se um método puramente simplista de análise da realidade. Segundo Konder

Para Lukács, o stalinismo não pode ser compreendido a partir da pessoa de Stalin: deve ser caracterizado – e combatido – como um método. E um dos traços essenciais desse método é a adaptação pragmática, cínica, da elaboração teórica e estratégica às necessidades imediatas da tática. (1980, p. 95).

Ou ainda nas palavras de Tertulian (1990)

Lukács tinha perfeita consciência do extremo empobrecimento sofrido pelo pensamento marxista durante a época staliniana. Aos seus olhos, o stalinismo consistia não apenas em um período de "profunda desumanidade" e de crimes, mas também num conjunto de concepções teóricas que havia pervertido a própria natureza do pensamento de Marx. (1990, p. 58).

Alguns anos antes da hegemonia total stalinista, Lukács já criticava em Bukhárin – também um dos grandes dirigentes do movimento comunista mundial – o que mais tarde se torna no método de Stálin uma característica plena: a tendência em simplificar excessivamente os problemas. Além disso, Lukács reprovava, sobretudo,

[...] o vício positivista de supervalorizar a “técnica”: elemento ideológico perigoso, no qual Lukács farejava (ainda abstratamente) um possível ponto de apoio para procedimentos manipulatórios [...].
A técnica – sustenta Lukács – é uma parte, um momento importante das forças produtivas sociais, porém não é o momento decisivo na transformação dessas forças. Quando a técnica não é compreendida como momento do sistema de produção, quando não é explicada a partir das transformações sociais das forças produtivas, ela é transformada em um princípio fetichista, transcendente em relação ao homem. (KONDER, 1980, p. 56).

Mesmo sofrendo severas críticas e perseguições de uma forte campanha contra sua imagem, Lukács persistirá com suas críticas contra o processo de simplificação e vulgarização do marxismo resgatando nas obras de Marx o caráter filosófico das categorias econômicas e como estas são categorias da produção e reprodução da vida humana, que diferentemente da análise superficial feita a partir da hegemonia stalinista, era possível pensar uma descrição ontológica do ser social sobre bases materialistas, ou seja, existia uma totalidade do pensamento marxista.

Deste modo, a [obra] *Ontologia do ser social* representa um gigantesco esforço para examinar, passo a passo, as categorias fundamentais do pensamento marxiano, a fim de restituir-lhe a densidade e a substancialidade, revelando ao mesmo tempo as raízes da sua degradação devida ao stalinismo. Obra de síntese, concebida no curso dos anos 60, a *Ontologia* pretendia ainda precisar os pontos do debate que havia agitado o pensamento marxista nos últimos decênios. (TERTULIAN, 1990, p. 58).

Assim, Lukács busca na ontologia do ser social uma tentativa de retomada e renovação do pensamento marxista. Esse processo de amadurecimento do pensamento ontológico é resultado de toda uma fermentação intelectual que se inicia ainda na juventude de Lukács, que passará por processos de ruptura e culminará numa nova leitura de Marx. A preocupação central da leitura de Marx para Lukács, reside em evidenciar o caráter necessariamente filosófico das categorias econômicas desvendadas por ele.

[...] Lukács, centra-se numa perspectiva que entende a teoria social de Marx como uma ontologia do ser social, isto é, como um estudo do autodesenvolvimento da vida material e espiritual. [...] tem como ponto de partida o processo de autoformação do gênero humano, do ser social, pelo trabalho. O processo de trabalho, atividade material e espiritual, realiza a unidade sujeito-objeto e, ao mesmo tempo, aponta para a complicada relação entre “causalidade” (o conhecimento dos nexos da realidade material) e “teleologia” (a pré-ideação, os projetos concebidos pela consciência), que passa a determinar o campo possível da liberdade humana. (FREDERICO, 1997, p. 27).

É na centralidade do trabalho enquanto categoria¹⁴ que Lukács desenvolveu uma perspectiva ontológica da realidade em que às categorias econômicas utilizadas por Marx dão luz para entender o processo de produção e reprodução do

¹⁴ “Cabe salientar que a *ontologia histórico-materialista*, no anseio de compreender a sociabilidade humana e suas múltiplas determinações, não restringe ou esgota as suas análises ao *trabalho*, mas o resgata como categoria fundante na possibilidade de compreender o ser social e os complexos da reprodução social”. (LARA, 2011a, p. 12).

ser social sob bases materialistas, como condição necessária de uma prática social que vise à emancipação humana. É fundando a *ontologia histórico-materialista* dentro da tradição marxista, que Lukács “rompe, de vez, com a concepção espiritualista de totalidade” (FREDERICO, 1997, p. 27-28).

1.3 A ontologia histórico-materialista assegurada por Lukács

Segundo Chauí (2006), a palavra ontologia é composta de duas outras – *onto* e *logia*, que derivam de dois substantivos gregos – e que, em sua essência significa: “estudo ou conhecimento do Ser, dos entes ou das coisas tais como são em si mesmas, real e verdadeiramente, correspondendo ao que Aristóteles chamará de filosofia primeira, isto é, o estudo do *Ser enquanto Ser*”. (CHAUI, 2006, p. 183). Sabemos, portanto, que o estudo do *Ser enquanto Ser* foi considerado por vários pensadores, de Aristóteles (370-322 a. C.) a Hegel (1770-1831), aos quais faremos algumas breves ressalvas a seguir.

Sabemos que na Antiguidade haviam diferentes modos de pensar, desde Heráclito (c. 535-470 a. C.) com o fundamento da dialética, até o pensamento metafísico (que era predominante na época) inaugurado por Parmênides de Eleia (c. 540-470 a. C.). Chauí (2006) diz que embora a metafísica tenha surgido com Parmênides, costuma-se atribuir seu nascimento ao nome de Aristóteles, pois

[...] [Ele] considera que a essência verdadeira das coisas naturais e dos seres humanos e de suas ações não está no mundo inteligível, separado do mundo sensível, onde as coisas físicas ou naturais existem e onde vivemos. As essências, diz Aristóteles, estão nas próprias coisas, nos próprios homens, nas próprias ações e é tarefa da Filosofia conhecê-las ali mesmo onde existem e acontecem. (CHAUI, 2006, p. 188).

Para Lara (2011) Aristóteles era o maior pensador da Antiguidade (descrito assim por Marx), pois mesmo o pensamento metafísico sendo preponderante, o filósofo conseguiu introduzir princípios dialéticos aos fatos que eram explicados pelo modo metafísico de pensar. “Assim, podemos dizer que a metafísica prevaleceu sobre a dialética nas explicações sobre as relações sociais, mas a dialética sempre esteve presente na *prática social*”. (LARA, 2011, p. 226).

Já quando partimos para o pensamento social moderno, Hegel se apresenta como um dos principais filósofos do século XIX. Fundador do *idealismo objetivo*, afirmava que “[...] a contradição era um princípio básico que não podia ser suprimido nem da consciência do sujeito, nem da realidade objetiva” (LARA, 2011, p. 232), quer dizer, Hegel era um sucessor da dialética, e para ele:

[...] a questão central da filosofia era a questão do *ser em si mesmo*, e não do conhecimento. Hegel percebe com lucidez que o *trabalho* é a mola que impulsiona o desenvolvimento do homem; *é no trabalho que o homem produz a si mesmo*; o trabalho é o núcleo a partir do qual podem ser compreendidas as formas complicadas da atividade criadora do ser social. (LARA, 2011, p. 232).

Embora, como podemos ver, Hegel perceba o *trabalho* enquanto núcleo central da produção e reprodução da vida social, Marx *apud* Lara (2011) aponta que o filósofo se equivoca ao considerar apenas o lado positivo do trabalho, deixando de notar o seu aspecto negativo: “o trabalho é o *vir-a-ser para si do homem* no interior da *exteriorização* ou como homem *exteriorizado*. O trabalho que Hegel unicamente conhece e reconhece é o *abstratamente espiritual*”. (MARX *apud* LARA, 2011, p. 235). Ou seja, a filosofia hegeliana se reafirma idealista ao considerar que “[...] a ideia constitui a própria realidade, na medida em que o mundo real nada mais é que a *exteriorização* deliberada da ideia. Decorre daí que o pensamento não depende das coisas, mas essas é que dependem dele.” (LARA, 2011, p. 234).

Como sabemos, a superação do idealismo hegeliano se dará com Karl Marx na fundação do materialismo histórico-dialético. Para Marx a dialética hegeliana estava de ‘cabeça para baixo’, pois “o intercâmbio homem e natureza não é sinônimo nem de reflexo na consciência humana da referida relação, nem de condicionamento da atividade humana pela natureza, mas relação ativa entre ambas”. (LARA, 2011, p. 237). Em Marx podemos ver isso claramente na máxima do *Prefácio à Contribuição à Crítica da Economia Política*: “O modo de produção da vida material condiciona o processo da vida social, política e espiritual em geral. Não é a consciência do homem que determina o seu ser, mas, pelo contrário, o seu ser social é que determina a sua consciência” (MARX, 1977, p. 301).

Marx embora tenha considerado o trabalho material (e não espiritual) a força motriz da história, não deixou de compreender a importância das formulações de

Hegel, e foi a partir da dialética hegeliana que ele pode pensar o materialismo histórico-dialético.

Para Marx, a grande importância de Hegel é que ele tomou a história como produto do dever coletivo dos homens, mediante objetivações, ou seja, por meio do trabalho. Mas sua concepção abstrata de trabalho o levava a fixar a atenção exclusivamente na criatividade, ignorando as deformações a que o trabalho é submetido em sua realização material e social na sociabilidade capitalista. (LARA, 2011, p. 235-236).

Assim como Marx, Lukács também consegue perceber o mérito da filosofia hegeliana. Para ele a grande importância de Hegel é:

[...] o fato de que ele concebe as relações de universalidade, particularidade e singularidade, não como um problema exclusivamente lógico, mas como uma parte importante da dialética viva da realidade, cuja mais alta generalização deve produzir uma forma mais concreta da lógica, tem por consequência que a concepção lógica seja sempre dependente da justiça ou do erro da concepção da realidade. Os limites da lógica de Hegel são aqui determinados, igualmente, pelos limites da sua posição em face da sociedade e da natureza, bem como os seus momentos geniais são determinados pela progressividade de sua atitude em face dos grandes problemas históricos de sua época. (LUKÁCS, 1979, p. 23).

A partir disso, Chauí (2006, p. 260) afirma: “como se observa, em Hegel, a lógica não é um instrumento formal para o bom uso do pensamento, mas é ontologia”. Aqui voltamos ao nosso ponto de partida, a ontologia e o seu *estudo do ser*. Cabe a nós o seguinte questionamento: o que faz a ontologia desenvolvida por Marx, e resgatada por Lukács ser diferente das demais Ontologias?

Lara (2011) mostra que diferentemente das Ontologias que sempre justificaram a sociedade vigente em cada momento, a *Ontologia* marxiano-lukacsiana é uma *Ontologia crítica* com o objetivo fundamental de confirmar a possibilidade e a necessidade histórica da superação da sociedade capitalista.

A ontologia elaborada por Lukács, inspirada, como já dissemos, na reinterpretação da obra marxiana, parte “do momento em que os homens são representados como atores e autores de sua própria história” (MARX *apud* LARA, 2011a, p. 14). Quer dizer, Lukács vê a ontologia como a verdadeira filosofia baseada na história, e o seu estudo “culmina efetivamente numa teoria do gênero humano” (TERTULIAN, 1990, p. 55).

Em Lukács,

A apreensão da realidade social é uma profunda relação entre subjetividade e objetividade. A realidade objetiva, por ser produto da práxis humana, é subjetividade objetivada, ao passo que a subjetividade, pelo mesmo motivo, é a realidade objetiva que adquiriu forma subjetiva. [...]. A preocupação em percorrer as múltiplas determinações do movimento real (sujeito e objeto, numa coexistência dual) é o núcleo norteador da ontologia histórico-materialista. (LARA, 2011, p. 245).

1.3.1 Trabalho e Ser Social

Podemos indicar até aqui que o marxismo poucas vezes na história da filosofia foi entendido como uma ontologia, apesar disso o que Marx nos aponta é que o ponto de partida de sua ciência "não é dado nem pelo átomo (como os velhos materialistas), nem pelo simples ser abstrato (como em Hegel). Aqui, no plano ontológico, não existe nada análogo" (LUKÁCS, s/d, p. 2). Para compreender a ontologia do ser social de Marx e Lukács, é preciso antes de tudo, entender que esse ser social - que em seu conjunto é visto como um processo histórico - só pode "surgir e se desenvolver sobre a base de um ser orgânico e que esse último pode fazer o mesmo apenas sobre a base do ser inorgânico" (LUKÁCS, s/d, p. 3).

Podemos nos perguntar então, qual a articulação entre essas três esferas? Qual a distinção entre a esfera inorgânica, a esfera orgânica e o ser social? Lessa (2007) nos mostra que há uma distinção nas formas concretas de ser entre essas três esferas ontológicas. Na esfera inorgânica "seu processo de transformação, sua evolução, nada mais é senão um movimento pelo qual algo se transforma em um outro algo distinto" (LESSA, 2007, p. 22). Quer dizer, o ser inorgânico é um *tornar-se-outro*, não possui vida, uma pedra se converte em terra, por exemplo.

Na esfera orgânica tratamos apenas da reprodução biológica, da adaptação ao ambiente. Lessa (2007) chama esse processo de *mero recolocar do mesmo*, vejamos seu exemplo: "Pensemos numa goiabeira. Ela produz goiabas, que produzirão sementes, as quais, por seu lado, ao produzirem mais goiabeiras, reporão o mesmo processo de reprodução biológica. A vida se caracteriza pela incessante recolocação do mesmo" (LESSA, 2007, p. 22).

Assim o que diferencia a esfera do ser social das outras duas, é, portanto, o fato de que os acontecimentos nunca se repetem, pois diferentemente da processualidade nas esferas da natureza, no ser social existe a presença da consciência. Na esfera do ser social "a consciência desempenha um papel

fundamental, possibilitando que os homens respondam de maneira sempre distinta às novas situações postas pela vida" (LESSA, 2007, p. 24). É importante lembramos que embora distintas a produção e reprodução da vida social se desenvolve a partir da articulação entre ser social e natureza. Sem a articulação entre essas três esferas ontológicas o mundo dos homens não existiria. "Isto ocorre porque há uma processualidade evolutiva que articula as três esferas entre si: do inorgânico surgiu a vida e, desta, o ser social." (LESSA, 2007, p. 25).

Apesar disso a origem do ser social se concretiza a partir de um salto para fora da natureza. Diferentemente das esferas da natureza que seguem uma simples e retilínea continuidade, o ser social cria algo novo através do trabalho, é por meio do trabalho e do papel da consciência, como dissemos, que os homens rompem com a continuidade normal do desenvolvimento, transformam a natureza e a si mesmos e produzem respostas sempre distintas às situações confrontadas, o trabalho é, portanto, a base dinâmico-estruturante das relações sociais.

Através do trabalho, tem lugar uma dupla transformação. Por um lado, o próprio homem que trabalha é transformado pelo seu trabalho; ele atua sobre a natureza exterior e modifica, ao mesmo tempo, a sua própria natureza; [...] Por outro lado, os objetos e as forças da natureza são transformados em meios, em objetos de trabalho, em matérias-primas, etc. (LUKÁCS, 1979, p.16).

Segundo Lukács *apud* Lessa (2007, p. 36) "a categoria do trabalho é a protoforma (a forma originária, primária) do agir humano", por meio do trabalho o ser humano planeja, antecede e dirige uma ação, não estamos falando aqui da mera capacidade de trabalhar, isso sabemos que outros animais são capazes de fazer, estamos falando do trabalho que é conduzido por finalidades determinadas previamente. Esse fenômeno, que para Lukács é o essencial no trabalho humano, é chamado de *prévia-ideação*.

Pela prévia-ideação, as consequências da ação são antevistas na consciência, de tal maneira que o resultado é idealizado (ou seja, projetado na consciência) *antes* que seja construído na prática. O momento da prévia-ideação é *abstrato*, mas isso não significa que não tenha existência real, material, isto é, que não exerça força material na determinação dos atos sociais. (LESSA, 2007, p. 37).

Efetivamente por ser abstrata não significa que a prévia-ideação não exerça um papel fundamental nas determinações das relações sociais, pelo contrário, o

trabalho através desse fenômeno se torna um ato de *pôr consciente*. Por meio da abstratividade da prévia-ideação os seres humanos buscam meios para realizar um determinado fim, essa ação estabelece um “momento em que os homens confrontam passado, presente e futuro e projetam, idealmente, os resultados de sua práxis” (LESSA, 2007, p. 37). Isso porque no processo de trabalho existe uma relação dialética entre *causalidade* e *teleologia* que explicam o caráter fundamentalmente ontológico desse pôr consciente. Observe a explicação de Lukács (s/d, p.9)

Enquanto a causalidade é um princípio de movimento autônomo que repousa sobre si mesmo e que mantém este caráter mesmo quando uma série causal tenha o seu ponto de partida num ato da consciência, a teleologia é, por sua própria natureza, uma categoria posta: todo processo teleológico implica numa finalidade e, portanto, numa consciência que estabelece fins. Pôr, neste caso, não significa simplesmente tomar consciência, como acontece com outras categorias – especialmente com a causalidade – ao contrário, aqui, com o ato de pôr, a consciência dá início a um processo real, exatamente ao processo teleológico. Assim, o pôr tem, neste caso, um ineliminável caráter ontológico. Em consequência, conceber teleologicamente a natureza e a história implica não somente que estas têm um fim, estão voltadas para um objetivo, mas também que a sua existência e o seu movimento no conjunto e nos detalhes devem ter um autor consciente.

Assim sendo, para Lukács o trabalho é o modelo objetivamente ontológico de toda práxis humana. Todos os produtos sociais são criados teleologicamente por um criador onisciente que possui conhecimento concreto de determinadas finalidades e meios para produzi-los. Trata-se portando do momento em que a prévia-ideação é concretizada na prática, e pela capacidade teleológica se constrói algo novo. Esse processo, na qual uma finalidade idealizada transforma a realidade material em algo novo, Lukács chamará de *objetivação*.

Ao ser levada à prática a prévia-ideação se materializa num objeto, se objetiva. O processo que articula a conversão do idealizado em objeto – sempre com a transformação de um setor da realidade – é denominado por Lukács de objetivação. Pela objetivação uma posição teleológica se realiza no âmbito do ser material como nascimento de uma nova objetividade. (LESSA, 2007, p. 38).

A objetividade torna-se dessa forma o primado ontológico fundamental de todo ser, e esse mesmo ser é uma totalidade concreta de relações reais e objetivas. Portanto, o trabalho no mundo dos homens é o responsável pela constituição dos demais complexos sociais que compõem a totalidade social, isso porque todo

processo de objetivação cria, essencialmente, uma nova situação histórico-social que obriga os indivíduos a construírem novas respostas a essa nova necessidade criada. "Por isso a História humana jamais se repete: a reprodução social é sempre necessariamente a produção do novo". (LESSA, 2007. p. 200).

Ao julgar o trabalho, o fundador de toda práxis humana, e portanto, constituidor dos complexos sociais, Lukács nos atenta para a necessidade de não reduzirmos toda práxis social a trabalho, isso porque o caráter essencialmente teleológico das ações humanas se desdobram em duas posições diferentes, na qual Lukács denominou *posição teleológica primária* e *posições teleológicas secundárias*.

A posição teleológica primária diz respeito "[...] ao processo entre atividade humana e natureza: seus atos estão orientados a transformar objetos naturais em valores de uso" (LUKÁCS, s/d, p. 47) quer dizer, o objeto de transformação desse processo é um elemento da natureza. Já as posições teleológicas secundárias dizem respeito ao agir sobre as condutas humanas, tencionando a consciência e impulsionando ações, ou seja, as posições teleológicas secundárias se realizam no âmbito da reprodução social e não material. Vejamos nas palavras de Lukács,

Junto a isto, nas formas ulteriores e mais evoluídas da práxis social, se destaca mais acentuadamente a ação sobre outros homens, cujo objetivo é, em última instância – mas somente em última instância – mediar a produção de valores de uso.

[...]

Deste modo, o objeto dessa posição secundária já não é um elemento puramente natural, mas a consciência de um grupo humano; a posição do fim já não visa transformar um objeto natural, mas, em vez disso, a execução de uma posição teleológica que tenha, por certo, como objetivo objetos naturais; os meios, da mesma maneira, já não são intervenções imediatas sobre objetos naturais, mas pretendem provocar estas intervenções por parte de outras pessoas. (LUKÁCS, s/d, p. 47-48).

É por esse motivo que para Lessa (2007) o pensador húngaro define o mundo dos homens como um complexo de complexos, no qual as posições teleológicas secundárias põem em movimento uma nova posição teleológica e ao fazerem isso, desdobram um leque de alternativas e incertezas qualitativamente maior do que as que incidem no processo da posição teleológica primária. Além disso, Lukács acredita que é no interior das posições teleológicas que se desenvolvem também outros complexos como, por exemplo, o da ideologia e da alienação.

2. A instrumentalidade do Serviço Social

O objeto central deste capítulo é apresentar as reflexões elaboradas por Yolanda Guerra sobre a *instrumentalidade* do Serviço Social. As proposições da autora tiveram por objetivo: contribuir com os esforços empreendidos pelos profissionais de Serviço Social em romper com o conservadorismo na construção do projeto ético-político profissional. Projeto este que, dado seu caráter histórico-social deve permitir a seus profissionais responderem às demandas e requisições que lhes são colocadas de forma crítica e competente (GUERRA, 1997, p. 9).

Podemos concluir até aqui que, a interlocução do Serviço Social com a ontologia histórico-materialista é recente e pode ser datada, a partir da metade dos anos de 1980. Vimos que, nesse período o Serviço Social brasileiro na busca por bases teóricas fundamentais que contribuíssem para uma perspectiva de análise totalizante da realidade, se aproxima da teoria social de Marx e da obra lukacsiana como um todo.

Dessa maneira, em suas elaborações sobre a instrumentalidade, Yolanda Guerra buscou fundamentos e categorias que suportassem críticas às concepções simplificadoras, de raiz positivista, que ainda reinavam dentro do projeto ético-político profissional. Sua obra principal, *A instrumentalidade do Serviço Social*, publicada em 1995, está dividida em dois capítulos que analisam a relação entre a instrumentalidade do Serviço Social e as racionalidades a ela subjacentes.

Enquanto categoria intelectual, a “racionalidade” contempla um nível de generalidade tal que nos possibilita captar a *unidade objetiva* dos processos sociais, remetê-los aos marcos do sistema capitalista, apanhar tanto as determinações que se mantêm quanto aquelas que se transformam, as conversões, condições e possibilidades contidas nos processos sociais. (GUERRA, 1995, p. 44-45).

Percebemos em seus estudos que a autora parte da reflexão sobre a categoria racionalidade – à luz das matrizes fundantes da razão moderna –, e indicando elementos para a crítica da racionalidade formal-abstrata, analisa os mecanismos de produção e reprodução ideológica do sistema capitalista. Bem como estes determinam uma “razão de ser” para o Serviço Social, limitando a prática profissional à sua dimensão técnico-instrumental. Além disso, a autora aponta ainda

para a necessidade de apreensão de uma teoria que possibilite aos assistentes sociais a efetiva compreensão (consciente e crítica) dos complexos sociais existentes na realidade.

Observe nas palavras da autora,

[...] há que se estar subsidiado por uma teoria que reproduza, de maneira mais aproximada possível, a lógica, o movimento e o vir-a-ser da realidade. Teoria essa que vise representar, no plano do pensamento, a atividade prática, que se coloque vinculada à vida real e que seja sustentada por uma razão “inclusiva”, capaz de dirimir as dificuldades historicamente presentes na profissão quanto à relação teoria-prática. (GUERRA, 1997, p. 18).

Portanto, a concepção de instrumentalidade que pretendemos apresentar nesse capítulo – pensada a partir da ontologia histórico-materialista –, é aquela considerada a partir do ponto de vista da totalidade, resultado de múltiplas determinações sócio-históricas, consequência da prática de homens concretos e reais. Por conseguinte, esta não se resume puramente a sua dimensão técnico-instrumental, mas ao conjunto das mediações que a conformam.

Para Guerra (2000, p. 6),

[...] a instrumentalidade do Serviço Social remete a uma determinada capacidade ou propriedade que a profissão adquire na sua trajetória sócio-histórica, como resultado do confronto entre teleologias e causalidades. Estamos, pois, nos referindo às propriedades e às capacidades sociais que a profissão vai adquirindo na sua trajetória no confronto entre as condições objetivas e as posições teleológicas de seus agentes profissionais e dos agentes sociais que demandam o exercício profissional, entre as respostas profissionais e as demandas colocadas à profissão, as quais atribuem-lhe determinados significados e reconhecimento sociais, que precisam ser compreendidos.

A partir disso, baseando-se no referencial teórico-metodológico marxiano e nas interpretações lukacsianas, a autora procura compreender a dimensão instrumental da intervenção profissional, evidenciando que, mais do que um arsenal de instrumentos a serem “aplicados” à realidade, a profissão carece de uma racionalidade que ilumine o caminho da prática profissional para uma *práxis* transformadora¹⁵.

¹⁵ Para Costa (2008, p. 35): “Prática social entendida como *práxis*, essencialmente histórica, transformadora da realidade, que expressa a maneira de ser, de organização coletiva da sociedade, tem o trabalho como elemento essencial [...]”.

2.1 Elementos para a crítica da racionalidade formal-abstrata

Ao entender que a instrumentalidade se materializa no momento em que o homem, através da sua capacidade teleológica, projeta seu trabalho e dota suas ações, objetivos e finalidades, ou seja, que a instrumentalidade se materializa através do processo de trabalho¹⁶, Guerra antecede a discussão sobre os instrumentos e as técnicas utilizadas pelos assistentes sociais. O objeto de reflexão culmina na própria *instrumentalidade* na tentativa de “requalificar a dimensão que o componente instrumental ocupa na constituição da profissão” (COSTA, 2008, p. 37).

Segundo Guerra (1995, p. 30), grande parte dos problemas apontados pelos profissionais como referentes à falta de sistematização do instrumental técnico não se localiza nele. Significa dizer que, para além das definições operacionais, é necessário compreender “para que” (para quem, onde e quando fazer) e analisar as consequências produzidas pelas ações profissionais. Portanto, é necessário apreender as mediações de diferentes naturezas, sobretudo, as determinações objetivas da realidade social e as subjetivas dos sujeitos, que compõem as relações sociais e que, conseqüentemente, definem as ações profissionais.

Por isso, entendemos que cabe ao Serviço Social buscar, nas diversas e diferentes formas de conhecimento e interpretação da realidade, aquela que mais se atém, que mais se aproxima, que permite a compreensão não apenas do que é, mas, sobretudo, das tendências, do movimento, do vir-a-ser da realidade social. (GUERRA, 1997, p. 12).

Entendemos, assim como Guerra (1997, p. 12) e Costa (2008, p. 38), que é preciso pensar uma racionalidade que busque apreender a totalidade pela qual o movimento histórico da realidade social se constitui e a lógica específica que a rege. Conseqüentemente se faz necessário a realização da crítica à racionalidade dominante, entendendo que a instrumentalidade é forjada pelos sujeitos profissionais, em seu acúmulo histórico e sua cultura profissional, mas acima de tudo o é pela dinâmica societária em que a profissão se insere.

¹⁶ “Em síntese, estamos considerando instrumentalidade como as propriedades sociais das coisas, atribuídas pelos homens no processo de trabalho ao convertê-las em meios/instrumentos para a satisfação de necessidades e alcance dos seus objetos/finalidades. Tal capacidade é atribuída pelos homens no seu processo de produção da vida material, através do seu pôr teleológico”. (GUERRA, 2000, p. 10).

Isto implica pensar o Serviço Social como uma profissão inserida na divisão social e técnica do trabalho, no qual perpassam as relações sociais capitalistas. Significa dizer que, ao estar inserido no processo de trabalho capitalista vendendo a sua força de trabalho, o assistente social têm sua instrumentalidade mediada pelas imposições da ordem burguesa. “Dito de outro modo, o Serviço Social é constituído, constituinte, e constitutivo das relações sociais capitalistas, que são relações portadoras de interesses antagônicos, incompassíveis e inconciliáveis.” (GUERRA, 2000, p. 17).

A partir das interpretações de Marx *apud* Guerra (1995, p. 104), sabemos que no sistema capitalista o trabalho que produz mercadorias para a troca passa de meio de satisfação de necessidades do seu produtor para meio de satisfação de necessidades da reprodução do capital. Portanto, ao venderem sua força de trabalho, os homens também se transformam em mercadorias e passam a se perceber e se relacionar entre si como coisas, já que para Marx “mercadorias são coisas”. (Idem, p. 105). Assim sendo, o processo produtivo do sistema capitalista têm a capacidade de converter as instituições e as relações sociais em instrumentos e meios de reprodução do capital. Portanto, segundo Guerra, para que a ordem burguesa mantenha essas inversões, e reforce a mercantilização das relações sociais e a coisificação dos homens, é preciso um conjunto de mecanismos de regulação e controle social. Observe nas palavras da autora,

Nesse âmbito, a classe burguesa recorre a instâncias de mediação de naturezas distintas, mas que ao serem articuladas possibilitam manter a exploração dos trabalhadores, no plano concreto, por meio de mecanismos repressivos, e no plano ideológico, tanto pela intervenção do Estado quanto pela via das práticas profissionais. (GUERRA, 1995, p. 121).

Assim sendo, a classe burguesa além de deter o monopólio do Estado¹⁷, incorpora outros mecanismos de controle para seguir se perpetuando no poder. Dentre eles, uma racionalidade que se torna hegemônica na sociabilidade capitalista: a racionalidade formal-abstrata. Essa racionalidade, enquanto modelo hegemônico da ordem burguesa exerce predominância nas formas de ser e pensar

¹⁷ Lembramos que, para Marx, o Estado como mantenedor de interesses universais se torna uma abstração, já que ele encerra interesses bem definidos: o da classe hegemônica. (MARX *apud* GUERRA, 1995, p. 121).

do Serviço Social, e sendo racionalidade se transforma em “um conduto de passagem e eixo articulador entre teorias e práticas” (GUERRA, 1995, p. 35).

A racionalidade formal-abstrata deriva das interpretações de Émile Durkheim (1858-1917), figura expressiva da tradição positivista, que a partir da metade do século XX exerce influência, principalmente no âmbito acadêmico, nas teorias sociais sob a forma de modelo de explicação e ordenação da realidade social. Ao propagar-se na sociedade e se transformar em padrão de relação entre os homens, essa racionalidade, que também é denominada de razão instrumental, “é uma dimensão da razão dialética, e como tal, limita às operações formal-abstratas e às práticas manipulatórias e instrumentais, fragmentadas, descontextualizadas e segmentadas [...]” (GUERRA, 2002, p. 61).

Sinteticamente, podemos dizer que a racionalidade formal-abstrata trata a sociabilidade dos homens como produto de uma evolução natural. Por conseguinte, o maior problema dessa racionalidade é que em essência ela nega os aspectos ontológicos da realidade, considerando as relações sociais como processos naturais e exteriores aos sujeitos. Guerra (1997, p. 14) diz que,

[A racionalidade formal-abstrata] forja, mistifica, nega os aspectos ontológicos da realidade e, conseqüentemente, a possibilidade do sujeito intervir sobre essa realidade que, segundo o pensamento conservador, é dada objetivamente por conexões causais, possui uma legalidade férrea e uma “positividade” que garante a manutenção, cristalização e permanência de determinadas formas de comportamento e pensamento sob e sobre a ordem social burguesa.

Ao tratar os fenômenos sociais como processos naturais, a racionalidade burguesa se torna a lógica necessária para a manutenção da ordem capitalista, visto que esta concebe a razão como algo que brota acima dos homens, que é dada por modelos prontos e não pelas relações sociais concretas. Para Guerra (2000, p. 16) “é uma racionalidade subordinada e funcional: subordinada ao alcance dos fins *particulares*, dos resultados *imediatos*, e funcional às estruturas”. Quer dizer, essa razão se torna funcional ao capital na medida em que se constitui como um conjunto de práticas e funções que não se importam “nem com a correção dos meios nem com a legitimidade dos fins” (Idem, p. 16). Por isso essa racionalidade hegemônica reduz a intervenção profissional à sua dimensão instrumental, pois ao fazer isso torna o Serviço Social meio para alcance de qualquer finalidade, limitando a prática profissional a garantir eficácia e eficiência em suas ações.

O racionalismo burguês, enquanto mecanismo de produção e reprodução ideológica dessa ordem, infiltra-se nas relações sociais entre indivíduos, classes, Estado, formas de conhecimento, instituições e organizações sociais, de modo que essas relações acabam por contemplar o *padrão de eficácia e eficiência* para responder ao nível de necessidades materiais; o atendimento das carências imediatas aparece como fim em si mesmo [...]. Esse modo de existência entre os homens, sancionado pela repetição, cristaliza-se em formas de pensar, em (falsas) representações subjetivas sobre a realidade. (GUERRA, 1995, p. 196, grifos meus).

Portanto, o conjunto profissional baseando-se em um referencial teórico-metodológico positivista e estrutural-funcionalista, “buscou o domínio e o aperfeiçoamento das técnicas e dos métodos de intervenção na realidade como forma de conferir eficácia às suas ações” (COSTA, 2008, p. 40). Conseqüentemente, para Guerra (1995, p. 195) o empreendimento da categoria profissional deve ser o de buscar um aparato teórico-ideológico que suporte a crítica à racionalidade-formal abstrata. Para tanto, essa só é possível se partirmos de uma razão que seja ao mesmo tempo crítica e dialética, que observa os fundamentos ontológicos do ser, e compreende que o movimento produzido pela racionalidade burguesa leva a um nível de abstração da realidade social a qual impede que se perceba essa realidade como uma totalidade, resultado de múltiplos fatores.

Entendemos, assim como Guerra (1997), que a racionalidade que restitui o protagonismo dos sujeitos, que assimila os aspectos ontológicos dos fatos, fenômenos e processos reais, que a partir do processo de abstração, por meio de múltiplas e complexas determinações, alcança os conteúdos mais concretos, os vínculos e mediações mais estreitos e as determinações mais predominantes, contemplando a análise da totalidade da realidade social, é a *racionalidade crítico-dialética*.

Para Guerra (1997, p. 16), o positivismo é o reflexo invertido e desfigurado das relações sociais na sociedade capitalista, “constitui-se na interpretação científica deformada dessa ordem social, reivindica para si o estatuto de ser a única e última forma de interpretação e justificação da ordem social burguesa”. Daí a necessidade de incorporar a razão dialética, como possibilidade de uma racionalidade emancipatória. Somente por meio dela é possível combater esse “estatuto único” da razão formal. Através da racionalidade crítico-dialética é possível compreender que é nos processos sociais que as contradições da sociabilidade burguesa se explicitam, “e por se explicitarem nos processos sociais, a análise deles possibilita sua apreensão e permite sua compreensão” (GUERRA, 1997, p. 16).

Observe na explicação da autora,

Por razão dialética estamos entendendo o mais alto nível de razão e como tal, crítica e emancipatória. A razão humana é dialética, ou seja, incorpora a contradição, o movimento, a negatividade, a totalidade, as mediações, buscando a lógica de constituição dos fenômenos, sua essência ou substância. A razão dialética refere-se: a uma lógica objetiva que os processos sociais portam e às condições que permitem a reconstrução desta lógica, pela via do pensamento. (GUERRA, 2002, p. 65).

Portanto, para a autora, é necessário investir numa instrumentalidade inspirada pela razão dialética, para que o conjunto profissional possa, através de uma capacidade crítico e consciente – ou seja, por meio da práxis –, elaborar respostas mais qualificadas às demandas impostas ao cotidiano do fazer profissional. Somente a racionalidade crítico-dialética – da qual a práxis é portadora – permite aos sujeitos conhecerem as conexões reais da realidade e as mobilizarem para o alcance de suas finalidades. Quer dizer, “é na racionalidade dos sujeitos que se localiza a margem de liberdade de que dispõem no estabelecimento de metas e meios de realizar essas finalidades” (GUERRA, 1995, p. 191).

2.2 O espaço sócio-ocupacional do Serviço Social: as políticas sociais

Tendo isso posto, e compreendendo que o modelo padrão da ordem burguesa, através de uma racionalidade, exerce influência no modo de ser, de pensar e de se relacionar na sociedade capitalista, é que entendemos ser necessário apontarmos algumas considerações acerca do espaço sócio-ocupacional do Serviço Social. Ou melhor dizendo, como a implementação das políticas sociais (públicas e privadas) fundam um mercado de trabalho para os assistentes sociais.

Como sabemos, segundo larga bibliografia da área¹⁸, é no estágio do capitalismo monopolista que a “questão social” vai se tornando objeto de intervenção sistemática por parte do Estado. Dessa intervenção, forja-se um espaço determinado na divisão social e técnica do trabalho para o Serviço Social. Nesse

¹⁸ A esse respeito ver Iamamoto e Carvalho (1982): *Relações sociais e serviço social no Brasil – esboço de uma interpretação histórico metodológica*; Netto (1992): *Capitalismo monopolista e Serviço Social* e Netto (2001): *Cinco notas a propósito da “questão social”*.

sentido, o espaço sócio-ocupacional da profissão é criado a partir do momento em que o conjunto profissional precisa responder às necessidades das classes sociais. “Numa ordem social constituída de duas classes fundamentais (que se dividem em camadas ou segmentos) tais necessidades, vinculadas ao capital e/ou ao trabalho não são apenas diferentes, mas, sobretudo antagônicas” (GUERRA, 2002, p. 57).

Portanto, para Guerra (1995, p. 134) as políticas sociais constituem-se da síntese de elementos contraditórios que envolvem interesses opostos, e que veem no Estado um elemento mediador. O tratamento atribuído por parte do Estado à “questão social” institui um campo de atuação onde os assistentes sociais executam as políticas sociais “[...] contribuindo para a produção e reprodução material e ideológica da força de trabalho” (GUERRA, 2000, p. 18). Sabemos, é claro, que as políticas sociais historicamente se constituíram num campo contraditório. Ao mesmo tempo em que representam conquistas alcançadas pela classe trabalhadora, as mesmas políticas compõem um instrumento estratégico do Estado. Vejamos nas palavras de Guerra (2000, p. 18),

Cabe resgatar que as políticas sociais se constituem, ao longo da história, em uma das estratégias de que o Estado dispõe para alcançar o consenso e ser legitimado politicamente pelas classes sociais fundamentais, quais sejam, trabalhadoras e capitalistas. Ao mesmo tempo, as políticas sociais são expressão das conquistas dos trabalhadores.

Aqui vale pensarmos a conjuntura brasileira das décadas de 1980 e 1990 na qual o país viveu desde o reconhecimento da assistência social como direito – através da Constituição Federal de 1988 –, até a construção de políticas sociais defasadas e focalizadas. Tendo em vista a consolidação de um bloco de contra-reformas nas políticas públicas, que desde a década de 1990 impõem uma reestruturação conservadora às políticas sociais e cada vez mais inviabilizam as tendências progressistas da dita Constituição Cidadã de 1988.

Para Guerra (1995), essa “nova” maneira de considerar a assistência social (por meio da Constituição de 1988) como um direito dos sujeitos e, conseqüentemente, como forma de conferir cidadania aos “excluídos”, tem dado o tom nos discursos profissionais dos assistentes sociais. Por outro lado, esse discurso do *acesso ao direito* acaba limitando a intervenção profissional e por vezes se constitui “no *objetivo final* da intervenção profissional”. (Idem, p. 143). Para a autora, a concepção que eleva a assistência social ao patamar de direito, é

amparada por uma noção parcial e reducionista de direito, no qual a ampliação dos direitos sociais e políticos são possíveis desde que “não afetem os monopólios oligárquicos do poder” (GUERRA, 1995, p. 147).

Afirmamos linhas atrás que as políticas sociais desenvolvidas no país, tiveram característica de ser instrumento conciliador de interesses desiguais e contraditórios, resultantes entre as duas classes sociais fundamentais. Como mencionamos, as políticas elaboradas, sobretudo a partir dos anos 1990, tiveram natureza compensatória e “seu caráter fragmentado e abstrato expressam o seu limite: elas não visam romper e, de fato, não rompem com a lógica capitalista” (GUERRA, 2000, p. 19). Para Guerra, as políticas sociais não só deixam de romper com a ordem burguesa, mas ao contrário, tornam-se aparelho de resolução imediata de problemas estruturais da sociedade capitalista. Observe nas palavras da autora,

[...] as políticas sociais tornam-se formas racionalizadoras e instrumentos de resolução imediata dos problemas sociais, bem como, ao serem formalizadas no âmbito jurídico-formal, elas convertem-se em procedimentos racionalizadores das necessidades, interesses e lutas da classe trabalhadora. O resultado é que, cada vez mais, as políticas sociais vão se instrumentalizando para o atendimento das necessidades dos monopólios. (GUERRA, 2000, p. 19).

Portanto, na medida em que as políticas sociais contribuem para o atendimento das demandas do capital, por meio do assistente social como seu *agente executor*, a constituição do Serviço Social e sua intencionalidade passam a ser mediados pela própria lógica da institucionalização, pelas estruturas, organismos e instâncias próprios da ordem burguesa. (NETTO *apud* GUERRA, 1995, p. 158).

A este respeito, Guerra (2002) considera que a natureza compensatória e residual das políticas sociais, e a maneira como estas são executadas (fragmentada, focalizada, sem conteúdo tanto econômico, como político) obedecem e produzem uma dinâmica que se reflete no exercício profissional através de dois movimentos:

- 1) interditam aos profissionais a concreta apreensão das políticas sociais como totalidade, síntese da articulação de diversas esferas e determinações (econômica, cultural, social, política, psicológica), o que os limita a uma intervenção microscópica, nos fragmentos, nas refrações, nas singularidades;
- 2) exigem dos profissionais a adoção de procedimentos instrumentais, de manipulação de variáveis, de resolução pontual e imediata. (GUERRA, 2002, p. 59).

Dessa forma, a utilidade social da profissão está vinculada à funcionalidade das políticas sociais na preservação e controle da ordem social vigente. E nesse contexto, a instrumentalidade do Serviço Social se caracteriza como uma propriedade/capacidade sócio-histórica que se apresenta em três diferentes níveis: 1) da instrumentalidade face ao projeto reformista burguês; 2) da instrumentalidade das respostas profissionais; 3) da instrumentalidade como mediação. (GUERRA, 2000, p. 23)

2.3 Os três níveis da instrumentalidade do Serviço Social

O primeiro nível da instrumentalidade, diz respeito a uma das funções que a ordem burguesa atribui à profissão: o de atender as demandas de reprodução das relações capitalistas de produção. Ao denominar de *instrumentalidade do Serviço Social face ao projeto burguês*, Guerra (2002, p. 59) diz que esse nível está associado à histórica funcionalidade da profissão – frente ao caráter focalista das políticas sociais – de ser convertida em instrumento à manutenção da ordem, a serviço do projeto reformista da burguesia. Para a autora, esse aspecto da instrumentalidade está ligado a tendência de naturalizar funções socialmente atribuídas à profissão de “tomá-las em si como que produzidas independentemente do conjunto das relações sociais capitalistas [...]” (GUERRA, 1995, p. 148). Observe nas palavras da autora,

Neste caso, dentro do projeto burguês de reformar conservando, o Estado lança mão de uma estratégia histórica de controle da ordem social, qual seja, as políticas sociais, e requisita um profissional para atuar no âmbito da sua operacionalização: os assistentes sociais. (GUERRA, 2002, p. 59, grifos meus).

O segundo nível da instrumentalidade se refere ao aspecto instrumental-operativo das respostas profissionais frente às demandas das classes. Guerra chama esse nível de: *instrumentalidade das respostas profissionais*, entendendo que esse aspecto permite o reconhecimento social da profissão, pois através dele o Serviço Social responde às necessidades sociais que se traduzem em demandas, tanto do capital, quanto do trabalho. “Isto porque as diversas modalidades de

intervenção profissional tem um caráter instrumental, dado pelas requisições que tanto as classes hegemônicas quanto as classes populares lhe fazem” (GUERRA, 2002, p. 59). Para Guerra (2000), esse grau da instrumentalidade (assim como o anterior) está impregnado da razão instrumental, conseqüentemente, as respostas elaboradas são operativo-instrumentais, de caráter manipulatório, as quais necessitam modificar as condições imediatamente dadas. Esse tipo de ação puramente instrumental, com intenção de resolver o imediato, “subsume os meios aos fins”, criando a ideia de que o assistente social não precisa passar pela reflexão teórica, apenas exercer funções executivas frente às demandas cotidianas. Vejamos nas palavras de Guerra (1995, p. 170),

Ao ser “enquadrado” como profissão de caráter eminentemente técnico, ao exercer funções executivas, o assistente social pensa poder eximir-se da reflexão teórica [...] e fixar seu foco de preocupações no seu cotidiano profissional, para o que os modelos analíticos e interventivos, testados e cristalizados pelas suas experiências e de outrem, são suficientes.

Contudo, ao restringir a prática profissional à dimensão técnico-instrumental, sem realizar a devida reflexão (reflexão esta que vá para além do aparente imediato), o trabalho do assistente social torna-se incapaz de diferenciar-se de atividades e práticas voluntárias, assistemáticas e/ou filantrópicas. Ou seja, torna-se uma prática espontânea que qualquer pessoa poderia realizar. “Isso porque, para alcançar a eficácia, dentro dos parâmetros da ordem burguesa, a consciência não necessita apreender todos os nexos do processo” (GUERRA, 2000, p. 24). Quer dizer, nessa dimensão reina uma vinculação orgânica entre ação e pensamento, na qual impede que os profissionais percebam as complexas mediações da realidade. Conseqüentemente os critérios de escolha das ações profissionais passam a ser critérios de utilidade prática, imediata, de eficácia no nível do aparente. Para a autora até mesmo uma compreensão parcial, limitada ou equivocada do real pode resultar em ações que cumpram com os objetivos em nível imediato, visto que os resultados exitosos não dependem apenas de uma leitura adequada da realidade. Portanto, para Guerra (2000, p. 25) a dimensão instrumental do Serviço Social é uma estrutura necessária, porém, insuficiente do exercício profissional, visto que ela não permite aos sujeitos as escolhas que projetam a ampliação de seus espaços de atuação profissional. “Mais ainda, os agentes profissionais necessitam compreender uma modalidade específica de ser [...] e, dado o nível de complexidade dos

processos que o compõe, os saberes gestados na vida cotidiana são insuficientes”. (GUERRA, 1995, p. 180).

Para Guerra (1995, p. 172), a tendência de supervalorizar o referencial técnico-operativo em detrimento dos demais componentes da prática profissional resulta num *metodologismo* e *instrumentalismo* que empobrecem a atuação profissional. Em outras palavras, ao atribuir aos instrumentos e técnicas um *status* superior àquele que é dado às demais dimensões (teórico-metodológica e ético-política) do agir profissional, os assistentes sociais passam a exigir *modelos de intervenção* que venha ao encontro da realidade e que possa responder as situações cotidianas confrontadas. Ou seja, o aporte teórico é reduzido a um método de intervenção, que conseqüentemente, ao ultrapassar a esfera do pensamento, converte-se numa prática burocratizada.

No nosso entendimento, a instrumentalidade como categoria, tanto ontológica quanto reflexiva, pode questionar as concepções de profissão vigentes no seu interior e contribuir no equacionamento do referencial ético-político e estratégico para a ação, dimensionando adequadamente o papel e o lugar do instrumental técnico-operativo. (GUERRA, 2000, p. 29).

O terceiro nível da instrumentalidade do Serviço Social, diz respeito à *instrumentalidade como uma mediação* que permite a passagem das ações meramente técnicas para o exercício profissional crítico e competente. Segundo a autora a instrumentalidade pode ser pensada como mediação, pois representa uma particularidade sócio-histórica da profissão:

[...] capaz de apontar as diversas formas de inserção da profissão nos espaços sócio-ocupacionais e as competências e requisições profissionais, de modo a demonstrar o concreto particularizado das formas de operar da profissão, ou as “mediações particularizadoras que conferem existência real” à profissão em contextos e espaços socio-históricos determinados. (LESSA *apud* GUERRA, 2000, p. 29).

Isto porque, para Guerra (2000, p. 30), ainda que surgindo no universo de práticas que visam controlar e adaptar os comportamentos, forjar personalidades e formas de sociabilidade, o Serviço Social vai ampliando suas funções até colocar-se no âmbito dos direitos sociais. Como vimos linhas atrás, sabemos dos limites impostos à assistência social a partir do momento em que é elevada ao patamar de direito social. Ainda sim, é no espaço de atuação resultante desse campo (na

execução das políticas sociais) que forças progressistas irão pressionar a profissão, conduzindo a categoria profissional a rever seus fundamentos e legitimidades, a questionar sua funcionalidade e instrumentalidade, o que permite uma ampliação da funcionalidade e das bases sobre as quais sua instrumentalidade se desenvolve. Observe nas palavras da autora,

Ao desprender da condição histórica em que surge, qual seja, como instrumento do Estado e tipo de profissão de caráter eminentemente operativo e manipulatório, visando alterar as condições individuais, o Serviço Social pode colocar-se no universo dos direitos sociais, fortalecendo as estruturas democráticas e os direitos coletivos. É portanto, no movimento da história que a instrumentalidade do Serviço Social pode ser vista como mediação pela qual através da qual pode-se recuperar a ruptura entre a correção dos meios e a coerência e legitimidade dos fins, transcendendo as ações instrumentais e a razão instrumental (essa como meio de controle/manipulação da sociedade) [...]. (GUERRA, 2000, p. 30).

A instrumentalidade do Serviço Social vista como mediação é, para Guerra (2000, p. 30), o espaço onde os profissionais precisam pensar nos valores ocultos às ações profissionais. “É pela instrumentalidade que passam as decisões alternativas concretas, de indivíduos concretos, em situações concretas”. Significa dizer que, a instrumentalidade enquanto mediação implica em tomar o Serviço Social como uma totalidade constituída de múltiplas determinações e múltiplas dimensões sócio-históricas. A adequada articulação entre essas dimensões: técnico-instrumental, teórico-intelectual, ético-política e formativa, constituem a base da ação profissional crítica e competente. Em outras palavras, essa articulação entre as dimensões prático-formativas permite que os indivíduos, frente a sua intencionalidade, invistam na elaboração e articulação dos meios e instrumentos necessários à conquista de suas finalidades profissionais. (GUERRA, 2002, p. 64).

Isso porque, essa capacidade do Serviço Social em operar transformações, alterações, nos objetos e nas condições (meios e instrumentos), visando alcançar seus objetivos é uma capacidade própria da razão dialética e, portanto, como vimos, constitui-se numa prática crítica e emancipatória. Portanto, é preciso por meio dela investir na construção de alternativas que sejam instrumentais à superação da sociedade capitalista.

Dissemos linhas atrás que, a adequada apreensão do materialismo histórico-dialético, à luz da racionalidade crítica¹⁹ é capaz de iluminar o caminho da práxis transformadora e emancipatória, já que a práxis contém em si as possibilidades de escolha dos sujeitos individuais²⁰. Portanto, as alternativas à superação da ordem social burguesa só podem vir do movimento da história onde a instrumentalidade como mediação²¹, torna-se expressão “tanto da margem de liberdade de decisão dos sujeitos, quanto das suas possibilidades de *intervenção consciente* nas séries causais produzidas pelo desenvolvimento econômico” (GUERRA, 1995, p. 183).

Assim sendo, diante da razão instrumental da contemporaneidade, para Guerra (1997) é preciso à incorporação de duas determinações básicas, para que seja possível combater o imediatismo e o pragmatismo presentes na profissão. A primeira determinação diz respeito à formação do assistente social, na qual esta deve ser analisada no contexto das relações sociais mais amplas que movimentam a sociedade capitalista, isso inclui as demandas e requisições que o mercado de trabalho impõe à profissão. Observe nas palavras da autora: “há que se investir numa formação profissional orientada por finalidades, que seja capaz de definir objetos factíveis a partir da compreensão crítica e consciente da realidade” (GUERRA, 1997, p. 21). A segunda refere-se às condições históricas concretas (materiais, ideológicas e culturais) nas quais a intervenção do assistente social se realiza. Para a autora, essa segunda determinação passa pela discussão da formação profissional, entendendo que esta não pode se eximir de uma análise crítica da instrumentalidade do Serviço Social.

Elevar a discussão da instrumentalidade do Serviço Social ao patamar acima proposto representa uma possibilidade de grandes avanços no processo de legitimidade e de efetivação do projeto ético-político da profissão, uma vez que permite pensar os valores que subjazem às ações, avaliando o nível e a direção que se imprime a essas ações no exercício profissional. É importante demarcar que a concepção de instrumentalidade do Serviço Social considerada no presente estudo guarda relação com o último nível de análise apresentado por Guerra, considerando-a uma totalidade [...] (COSTA, 2008, p. 42).

¹⁹ Lembrando que a racionalidade crítico-dialética “incorpora a contradição, o movimento, a negatividade, a própria totalidade e as mediações, buscando, dessa forma, a lógica de constituição dos fenômenos, sua essência ou substância” (COSTA, 2008, p. 42).

²⁰ Importante pontuarmos que para Guerra (2002, p. 65), na esfera profissional não existem ações pessoais, mas ações públicas e sociais de responsabilidade do indivíduo como profissional e da categoria profissional como um todo.

²¹ Que, como dissemos anteriormente, “coloca-se à práxis como conduto de passagem” (GUERRA, 1995, p. 188).

Segundo Guerra (1997, p. 23) o que se pretende ressaltar é a necessidade dos profissionais deterem o conhecimento sobre a realidade na qual irão atuar. Além de “deter o domínio do método que lhe possa servir de guia ao conhecimento, o qual lhe permitirá estabelecer estratégias e táticas de intervenção profissional”. Portanto, para além da dimensão instrumental, “o assistente social tem que saber ‘olhar’ para a realidade, perceber as forças contrárias que emanam da classe que vive do trabalho” (ANTUNES *apud* GUERRA, 1997, p. 23).

A necessidade de superar a racionalidade forma-abstrata presente na ordem burguesa – que historicamente vem se colocando como uma mediação às práticas do Serviço Social –, se torna fundamental. Contudo, essa só poderá por meio de um projeto ético-político pautado na defesa, em primeiro lugar, “do processo de emancipação político-social e que as fontes teórico-metodológicas e políticas sejam buscadas na perspectiva crítica tendo por direção a emancipação humana” (LARA, 2011, p. 150). Aqui vale lembrar a necessidade do reconhecimento do caráter eminentemente político que a profissão carrega, e a necessária militância política rumo à superação da ordem social imposta. Nas palavras de Guerra (1995, p. 193),

[Cabe a nós] militar no sentido de compreendermos as determinações postas à intervenção profissional, os diferentes projetos de classes ou segmentos de classe que permeiam a ação do assistente social na afirmação da sua instrumentalidade e as racionalidades que daí engendram-se, entendendo que a militância política não apenas extrapola o partidarismo e a prática profissional, como também incorpora e os unifica no encaminhamento de propostas coletivas.

Assim sendo, para Guerra (1955, p. 193), aqueles que estão de acordo com essa perspectiva, acreditam que a ontologia histórico-materialista inaugurada por Karl Marx, e resgatada por Georg Lukács, na qual apontamos no início desse trabalho, fundam o método de análise indispensável para prática profissional crítica e emancipatória, visto que tais concepções “permitem matizar adequadamente a relação entre ação e pensamento”, superando a racionalidade formal-abstrata presente nas teorias conservadoras que insistem em mediar à prática profissional do Serviço Social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A aproximação do Serviço Social brasileiro com a teoria social de Marx e Lukács não se deu de forma casual, esse processo foi resultado de avanços que a profissão acumulou ao longo do seu processo sócio-histórico. Os fundamentos, teóricos, éticos, ideológicos e políticos no Serviço Social apontam para um horizonte claro: a superação da sociedade de classes, rumo a real emancipação humana.

A produção e reprodução da vida social sob a ordem da sociabilidade burguesa são as preocupações que os autores estudados nesse trabalho apresentam, visto que objetivam compreender a sociedade de classes e a racionalidade a ela subjacente, entendendo que a processualidade social no modo de produção capitalista nutre a prática social humana e profissional. A ontologia histórico-materialista no qual buscamos situar como instrumento mediador não só da prática profissional crítica e emancipadora, mas também como conduto de passagem da superação da sociedade capitalista, “debruça-se sobre a interpretação da sociedade burguesa e suas contradições, tendo com principal ‘paradigma’ científico o conflito de classes sociais” (LARA, 2011a, p. 12).

Os dois pensadores destacados como principais representantes da ontologia histórico-materialista, apresentam perspectivas particulares sobre a sociedade capitalista que se complementam na crítica da tradição marxista. A principal crítica de Lukács se dirigia às deturpações e interpretações reducionistas apresentadas pelas ciências sociais a respeito da teoria social de Marx. Ao reinterpretar a obra de Marx no século XX, o filósofo húngaro retoma “as categorias *totalidade* e *trabalho* na análise da sociedade burguesa, fazendo oposição à constituição fragmentada do conhecimento” (Idem, p. 13).

Concordamos com Lara (2011) quando o autor diz que, ao considerar o pensamento de Marx uma análise da totalidade dos processos de produção e reprodução da vida, a ontologia crítica desenvolvida por Lukács se dedica para representar as principais categorias da concepção materialista, histórica e dialética da realidade. Conseqüentemente, a *Ontologia* pensada por Lukács, parte do momento em que a responsabilidade pelo destino da humanidade está inteiramente nas mãos dos homens. Não há limite para o desenvolvimento humano, senão aqueles construídos pelos próprios homens. (LESSA, 2007). Nesse caso, mais uma

vez concordamos com Lara (2011a, p. 14) ao afirmar que “a possibilidade da emancipação humana está presente na elaboração teórica da ontologia marxiano-lukacsiana como condição de superação da sociedade de classes”.

Pensando nessa perspectiva de superação da sociabilidade burguesa, podemos ver que a vinculação do projeto ético-político do Serviço Social com a teoria de Marx e Lukács, não aconteceu de forma ocasional, pois esteve diretamente ligada ao enfrentamento e à denúncia do conservadorismo profissional. A construção deste projeto acompanhou o avanço do movimento democrático e popular que, progressista e positivamente, pressionou a derrota da ditadura militar e lutou pela transição democrática no país.

Compactuamos com Netto (1999, p. 18) que a preservação e o aprofundamento deste projeto nos dias atuais, dependem da vontade majoritária da categoria profissional, como também do fortalecimento dos movimentos sociais e populares no Brasil, frente ao projeto burguês hegemônico. Para o autor, é dispensável qualquer argumentação mais aprofundada para verificar o antagonismo entre o projeto ético-político que ganhou hegemonia no Serviço Social e a *ofensiva neoliberal* que vem promovendo a liquidação dos direitos sociais, a privatização do Estado e o sucateamento dos serviços públicos.

Consequentemente, a defesa do atual projeto ético-político torna-se necessária na medida em que este aponta precisamente para o combate ideológico, ético, político e social ao plano hegemônico da burguesia mundial, colocando-se efetivamente ao lado de um projeto societário que visa à superação da exploração da classe trabalhadora pela classe capitalista.

Portanto, cabe ao conjunto profissional a luta para alcançar novas bases de legitimidade da ação profissional, fortalecendo o movimento profissional que segue na defesa da hegemonia conquistada, e que tão logo se torna ameaçada. A categoria profissional deve compor “um movimento social mais geral, determinado pelo confronto e a correlação de forças entre as classes fundamentais da sociedade, o que não exclui a responsabilidade da categoria pelo rumo dado às suas atividades” (IAMAMOTO, 1994, p. 37).

Essa compreensão é básica para tornar possível que o Assistente Social faça uma opção teórico-prática por um projeto coletivo de sociedade que supere as ilusões de um fazer profissional que paira “acima” da história. Isso implica, por sua vez, o *enriquecimento do instrumental científico de*

análise da realidade social e o acompanhamento atento da dinâmica conjuntural. (IAMAMOTO, 1994, p. 34).

Tendo em vista esse enriquecimento do instrumental científico citado por lamamoto, é que este trabalho se propôs apresentar a discussão acerca da *instrumentalidade do Serviço Social*, na medida em que esta se torna a mediação necessária à práxis profissional crítica, consciente e emancipadora, com vistas a atender os interesses da classe trabalhadora, e à superação da sociabilidade burguesa.

Na medida em que a ideologia burguesa, a partir da racionalidade formal-abstrata exerce formas de ser e pensar para o Serviço Social, no momento em que este é enquadrado na divisão sócio-técnica do trabalho como profissão de caráter eminentemente técnico, torna-se necessário o aprofundamento da reflexão a respeito da prática profissional, entendendo que esta não se dá apenas em sua dimensão instrumental.

Aqui voltamos ao nosso ponto de partida, no momento em que Guerra, ao analisar a instrumentalidade da profissão parte da necessidade de compreendê-la como:

uma condição necessária para a reprodução da espécie humana, no sentido em que se estabelece na relação homem-natureza, num movimento de transformação exercida pelo primeiro sobre a segunda, num processo de busca pela satisfação dos seus carecimentos materiais e espirituais, ou seja, pelo trabalho. (COSTA, 2008, p. 37).

Quer dizer, ao considerar a instrumentalidade intrínseca ao processo de trabalho, e, portanto, a *práxis* humana como capacidade de dotar suas ações de objetivos e finalidades, a instrumentalidade passa a se situar como o eixo condutor no processo da prática profissional consciente, na medida em que não exclui a necessidade do profissional exercer reflexão teórica sobre seus atos, que são conscientes, concretos e reais.

Na afirmação da sua instrumentalidade, o assistente social acaba por utilizar-se de um repertório técnico operativo comum a outras profissões sociais, porém a intencionalidade posta na utilização do instrumental técnico porta a tendência de propiciar resultados condizentes com a perspectiva para a qual sua ação se direcionou (GUERRA, 1995, p. 203).

Em outras palavras, o Serviço Social possui um modo de operar que se realiza na articulação das dimensões da prática profissional (teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa), juntamente com a direção finalística da ação e dos pressupostos éticos incorporados no momento do agir profissional. Contudo, a adequada articulação das dimensões profissionais só é capaz na medida em que existe uma racionalidade como fundamento e expressão das teorias e práticas que tem por essência a capacidade de iluminar as finalidades da ação profissional.

Se a razão se realiza na história, e esta é o substrato material da razão, a mediação (particularidade) que propicia esta passagem e conversão entre história e razão é a racionalidade: *a racionalidade é histórica e necessária*, mas não sob a forma racionalista adotada pelo pensamento burguês. (GUERRA, 1995, p. 206).

Essa racionalidade como tentamos mostrar nesse trabalho, é a racionalidade crítico-dialética, que por sua vez serve de fio condutor no momento em que os instrumentos profissionais são mobilizados para alcançar uma finalidade específica. Essa finalidade, por sua vez, não deve se limitar apenas ao atendimento das demandas imediatas do cotidiano profissional. Daí, mais uma vez apontamos para a urgente e necessária apropriação do referencial teórico-metodológico marxiano, entendendo que por meio do materialismo histórico-dialético – que possibilita análise ontológica da realidade –, poderemos romper de vez com as práticas profissionais conservadoras ainda presentes no cotidiano profissional.

Concordamos com Sousa (2010) quando afirma que o futuro de um Serviço Social, tal como pensado nos marcos do atual projeto ético-político profissional, não será garantido sem o recurso ao pensamento da tradição marxista. E como estamos comprometidos com o ideal deste projeto, entendemos que é imprescindível reunir todos os esforços para que o contributo teórico de Marx e Lukács seja incorporado aos debates da profissão como uma “herança a que não podemos (nem queremos) renunciar”.

Sob esse ponto de vista, acreditamos na capacidade dos homens e mulheres em construir as mediações necessárias para desencadear um conjunto de ações que rompam de vez com a ordem social vigente. O brado de Marx e Engels aos trabalhadores do mundo: “*Proletários de todos os países, uni-vos!*” (1984, p.140), desejando que busquemos alternativas concretas de combate à mundialização do capital não terá sido em vão. Nem para a categoria profissional que por meio do seu

Código de Ética defende uma nova ordem societária sem dominação/exploração de classe, etnia e gênero. Nem para a classe trabalhadora oprimida, que anseia por novas mudanças, e por uma sociedade verdadeiramente justa e igualitária.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CHAUI, M. **Convite à Filosofia**. 13ª Ed., São Paulo: Ática, 2006.

COSTA, F. S. M. **Instrumentalidade do Serviço Social: dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa e exercício profissional**. 2008. 147 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Departamento de Serviço Social, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2008.

FREDERICO, C. **Lukács: um clássico do século XX**. São Paulo: Ed. Moderno, 1997.

_____. **O jovem Marx: as origens da ontologia do ser social**. São Paulo: Cortez, 1995.

GUERRA, Y. **A instrumentalidade do Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 1995.

_____. Ontologia do ser social: bases para a formação profissional. In: **Revista Serviço Social & Sociedade**, n. 54. São Paulo: Cortez, 1997.

_____. Instrumentalidade do processo de trabalho e Serviço Social. In: **Revista Serviço Social & Sociedade**, n. 62. São Paulo: Cortez, 2000.

_____. Instrumentalidade no trabalho do Assistente Social. In: **Capacitação em Serviço Social e Políticas Sociais**. Módulo IV: O trabalho do assistente social e as políticas sociais. Brasília: UNB, CEAD, 2002.

IAMAMOTO, M. V. **Renovação e conservadorismo no Serviço Social: ensaios críticos**. São Paulo: Cortez, 1994.

_____. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. São Paulo: Cortez, 2006.

_____. O Serviço Social na cena contemporânea. In: **Serviço Social: Direitos Sociais e competências Profissionais**. Brasília CFESS/ABEPSS, 2009.

_____.; CARVALHO, R. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**, 10ª Ed., São Paulo: Cortez/CELATS, 1995.

KONDER, L. **Lukács**. Porto Alegre: L&PM, 1980.

LARA, R. Pensamento social da modernidade e ontologia materialista. **Verinotio revista on-line de educação e ciências humanas**, n. 10, ano V, p. 53-70, out./2009, ISSN 1981-061X.

_____. **A produção de conhecimento no Serviço Social: o mundo do trabalho em debate**. São Paulo: Editora UNESP, 2011.

_____. Considerações sobre a Ontologia histórico-materialista. In: COLÓQUIO NACIONAL MARX E O MARXISMO, 2011, Niterói. **Anais do Colóquio Nacional Marx e o marxismo 2011: teoria e prática**. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2011a, p. 01-15.

LESSA, S. **Para compreender a ontologia de Lukács**. Ijuí: Ed. Unijuí, 2007.

LUKÁCS, G. **As bases ontológicas do pensamento e da atividade do homem**. (mimeo, s/d.) (Tradução de Carlos Nelson Coutinho).

_____. **Ontologia do Ser Social: o trabalho**. (mimeo, s/d.) (Tradução de Ivo Tonet).

_____. **Ontologia do Ser Social: os princípios ontológicos fundamentais de Marx**. São Paulo: Ciências Humanas, 1979.

_____. **O jovem Marx e outros escritos**. Carlos Nelson Coutinho e José Paulo Netto (orgs.). Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2007.

MARX, K. Prefácio à Contribuição à Crítica da Economia Política. In: **Karl Marx e Friedrich Engels – Textos 3**. São Paulo: Edições Sociais. 300-303 p., 1977. Originalmente publicado em Alemão, 1859.

_____.; ENGELS, F. **Manifesto do partido comunista: texto integral**. Tradução de Pietro Nassetti. São Paulo: Martin Claret, 1984.

NETTO, J. P. A construção do projeto ético-político do Serviço Social. In: TEIXEIRA, M. (org.). **Serviço Social e saúde: formação e trabalho profissional**. Brasília, Ed. Cortez, 1999.

_____. **Capitalismo monopolista e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 1996.

_____. **Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64**. 9 ed. São Paulo: Cortez, 2006.

_____. **Lukács: tempo e modo**. In: Lukács, G. Sociologia. São Paulo: Ática, 1981. José Paulo Netto (org). (Grandes cientistas sociais, n. 20).

_____. O Movimento de reconceituação: 40 anos depois. In: **Revista Serviço Social & Sociedade**, n. 84. São Paulo: Cortez, 2005.

_____.; BRAZ M. **Economia política: uma introdução crítica**. São Paulo: Cortez, 2006. Biblioteca Básica do Serviço Social.

SOUSA, A. **Lukács no debate do Serviço Social brasileiro**. 2010. 257 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Escola de Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

TERTULIAN, N. **Uma apresentação à Ontologia do ser Social, de Lukács**. (mimeo, 1990) (Tradução de Ivo Tonet).

YAZBEK, M. C. (Org.). Projeto de revisão curricular da Faculdade de Serviço Social/PUC-SP. In: **Revista Serviço Social & Sociedade**, n. 14. São Paulo: Cortez, 1994.